

## ALPARGATAS S.A. E CONTROLADAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

##### 1.1. Considerações gerais

A Alpargatas S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em São Paulo, capital, na Rua Funchal, 160, e está registrada na Bolsa de Valores de São Paulo - BM&FBOVESPA com os códigos de negociação “ALPA4” e “ALPA3”.

Em 26 de abril de 2011, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a alteração da razão social da Companhia de São Paulo Alpargatas S.A. para Alpargatas S.A.

Suas atividades e de suas controladas (doravante denominadas “Grupo”) são a fabricação e comercialização de calçados e respectivos componentes, artigos de vestuário, artefatos têxteis e respectivos componentes, artigos de couro, de resina e de borracha natural ou artificial e artigos esportivos.

As controladas diretas e indiretas e a coligada, através das quais a Companhia mantém operações no Brasil e no exterior, estão descritas na nota explicativa nº 6.

##### 1.2. Aumento de participação na controlada Alpargatas S.A.I.C. - Argentina

Os detalhes do processo de aquisição das ações e do aumento de participação na controlada Alpargatas S.A.I.C. - Argentina estão divulgados na nota explicativa nº 14.

##### 1.3. Operação descontinuada - têxteis industriais

Em 22 de dezembro de 2009, a Companhia assinou Contrato de Compra e Venda de Cotas para alienação de 100% das cotas representativas do capital social da controlada direta Locomotiva Indústria e Comércio de Têxteis Industriais Ltda., empresa limitada com sede em Pouso Alegre - MG, e de 100% das cotas representativas do capital social da controlada indireta Locomotiva da Amazônia Indústria e Comércio de Têxteis Industriais Ltda., empresa limitada com sede em Manaus - AM, ambas pelo valor total de R\$43.000. O fechamento de tal operação ocorreu em 20 de abril de 2010. Os detalhes dessa operação estão divulgados na nota explicativa nº 36.

#### 2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

##### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRSs”), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, identificadas como Consolidado (BR GAAP e IFRS).

- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora (BR GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e coligada pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos na controladora pelo seu valor justo ou pelo custo; entretanto, a equivalência patrimonial é determinada pela legislação societária brasileira, nas demonstrações financeiras individuais da controladora.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as BR GAAP, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as BR GAAP, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

## 2.2. Bases de elaboração

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

## 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram elaboradas de maneira consistente para todos os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais (BR GAAP) e consolidadas (BR GAAP e IFRS):

### a) Princípios gerais e critério de reconhecimento de receita

Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita de vendas é reconhecida na demonstração do resultado quando: (i) os riscos e benefícios inerentes aos produtos e às mercadorias vendidos são transferidos aos compradores; (ii) quando for provável o recebimento dos valores devidos à Companhia; e (iii) quando não houver mais nenhum envolvimento da Administração com os produtos/mercadorias. A receita de vendas é apresentada líquida de deduções, incluídos os impostos calculados sobre as vendas.

b) Reconhecimento de incentivos fiscais - subvenções para investimentos

A receita decorrente de incentivos fiscais, recebida sob a forma de ativo monetário, é reconhecida no resultado quando recebida em contraposição de custos e investimentos incorridos pela Companhia e por suas controladas nas localidades onde o incentivo fiscal é concedido.

A subvenção para investimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS dos Estados da Paraíba e de Pernambuco é registrada a crédito na rubrica "Impostos incidentes sobre as vendas" e a subvenção para investimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ é registrada a crédito na rubrica "Imposto de renda e contribuição social - correntes". Posteriormente, quando do encerramento do exercício, são destinados à rubrica "Reservas de capital - incentivos fiscais - subvenção para investimentos", no patrimônio líquido.

Conforme descrito na nota explicativa nº 7, a Companhia e sua controlada CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias reconhecem os incentivos referentes às subvenções dos Estados da Paraíba e de Pernambuco mensalmente na apuração do ICMS das unidades operacionais localizadas naqueles Estados, uma vez que não existem condições nem compromissos adicionais a serem previamente atendidas para o reconhecimento do incentivo.

c) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

(i) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, investimentos temporários com prazos para resgate de até 90 dias contados da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em montante de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

(ii) Aplicações financeiras

Compreendem os investimentos financeiros com prazos de resgate superiores a 90 dias da data da aplicação, não considerados pela Administração da Companhia e de suas controladas como sendo de liquidez imediata ou classificados para serem levados até a data de vencimento. São registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

d) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída considerando-se a avaliação individual dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores por faixa de vencimento, em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia e de suas controladas para cobertura de prováveis perdas na realização conforme os valores demonstrados na nota explicativa nº 9.

Pelo fato de as contas a receber serem liquidadas normalmente em um prazo médio inferior a 60 dias, os valores contábeis representam substancialmente os valores justos nas datas dos balanços.

e) Estoques

São registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor de mercado e das eventuais perdas, quando aplicável. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 10.

f) Arrendamentos

São classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para a Companhia e suas controladas.

A classificação dos contratos de arrendamento financeiro é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos financeiros são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento financeiro é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros a apropriar, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa efetiva de juros constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo circulante e no não circulante de acordo com o prazo do arrendamento. O bem do imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil-econômica do ativo, conforme as taxas mencionadas na nota explicativa nº 15.

g) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme taxas demonstradas na nota explicativa nº 15. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

O saldo do imobilizado inclui todos os gastos alocáveis aos bens durante a sua fase de construção e/ou a fase de testes pré-operacionais dos bens.

Conforme mencionado no item “f”, os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas, originados de operações de arrendamento do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia e suas controladas não adotaram a prática de revisão dos custos históricos dos bens do ativo imobilizado e utilização da prática do “custo atribuído” (“deemed cost”), conforme opção prevista nos parágrafos 20 a 29 da interpretação técnica ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e a Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, para registro do saldo inicial do ativo imobilizado, na adoção inicial do pronunciamento técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado e da interpretação técnica ICPC 10. A Administração da Companhia entendeu que, na data de transição, os bens do seu ativo imobilizado já estavam registrados a valores próximos aos valores justos de mercado, de acordo com os investimentos significativos feitos nos últimos cinco anos na ampliação e remodelagem das unidades fabris, incluindo substituição e aquisição de novos equipamentos industriais. Entretanto, essa opção foi adotada para o reconhecimento inicial do custo do ativo imobilizado da controlada Alpargatas S.A.I.C. - Argentina e da coligada Grupo Tavex S.A., reconhecidas, respectivamente, nas demonstrações financeiras da controlada e coligada.

Os efeitos de depreciação decorrentes da primeira revisão periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, conforme requeridos pela interpretação técnica ICPC 10, foram registrados prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2010.

#### h) Intangível

##### Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável acumulado. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável.

Compreendem: (i) marcas; (ii) cessão de direito de uso comercial; (iii) licenças de uso de sistemas computadorizados (softwares), incluindo os correspondentes gastos com implementação; (iv) carteiras de clientes adquiridas de terceiros; e (v) ágio na aquisição de controladas (no consolidado). Os ativos com vida útil definida são amortizados de acordo com os prazos descritos na nota explicativa nº 15. Os ativos intangíveis sem vida útil

definida compostos substancialmente pelos valores dos ágios pagos na aquisição de controladas foram amortizados até 31 de dezembro de 2008 considerando o prazo de dez anos e passaram, a partir de 1º de janeiro de 2009, a ser anualmente avaliados quanto à sua capacidade de recuperação (“impairment”) e/ou quando indícios de não recuperação se fizerem presentes (vide detalhes das premissas na nota explicativa nº 15).

As licenças de uso de sistemas computadorizados (“softwares”), incluindo os correspondentes gastos com implementação e de sistemas de gestão empresarial adquiridos, são capitalizadas e amortizadas também conforme as taxas descritas na nota explicativa nº 15, e os gastos associados à manutenção destas são reconhecidos como despesas, quando incorridos.

Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando é provável que os benefícios econômicos futuros por eles gerados serão superiores ao seu respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os gastos com desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas no resultado do exercício, quando incorridas.

As marcas e patentes adquiridas separadamente são demonstradas pelo custo histórico. As marcas e patentes adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição, uma vez que têm vida útil definida e são registradas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear, com base nas taxas demonstradas na nota explicativa nº 15.

#### Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos

São registrados como despesa do exercício, quando incorridos. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 15.

#### i) Aquisições de controladas efetuadas anteriormente à data de transição para as IFRSs

Em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente à Lei nº 11.638/07, a diferença entre o valor pago e patrimônio líquido da empresa controlada adquirida era contabilizada como ágio, tendo como fundamento econômico e expectativa de rentabilidade futura do negócio adquirido. Quando a Companhia identifica circunstâncias que indicam que o valor residual do ágio registrado pode não ser recuperado, é constituída uma provisão para refletir o valor recuperável desses ativos. A partir de 1º de janeiro de 2009, o saldo do ágio deixou de ser amortizado para fins contábeis e passou a ser avaliado por sua perspectiva de realização, conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 01/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A Companhia adotou a opção oferecida pela norma IFRS 01 - Primeira Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro e não ajustou o ágio sobre as aquisições de empresas controladas realizadas anteriormente a 1º de janeiro de 2009, mantendo essas aquisições pelos seus valores contábeis na data de transição, em conformidade com a norma IFRS 01.

j) Avaliação do valor recuperável dos ativos (exceto ágio)

A Companhia e suas controladas analisam anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso tais evidências estejam presentes, estima-se o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (i) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, é reconhecida a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo (“impairment”).

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

k) Avaliação do valor recuperável do ágio

Com o objetivo de testar as perdas do valor recuperável, a Administração definiu que as UGCs correspondem a cada segmento de negócio, no qual o ágio foi alocado, e são submetidas a testes de perda do valor recuperável anualmente, ou mais frequentemente, quando houver indicação de que a UGC possa ter perdido o seu valor recuperável. Se o valor recuperável da UGC for inferior ao seu valor contábil, é primeiramente alocado para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e posteriormente aos outros ativos da unidade pelo critério “pro rata” com base no valor contábil de cada ativo na unidade. Uma perda do valor recuperável reconhecida para ágio não é revertida em um período subsequente. Na alienação de uma controlada, o valor do ágio atribuível, quando existente, é incluído na determinação do resultado da alienação.

l) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

É reconhecida quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

É atualizada até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia e de suas controladas. Os fundamentos e a natureza da provisão e das contingências estão descritos na nota explicativa nº 22.

m) Tributação

m.1) Tributação sobre as vendas

As receitas de vendas no mercado interno estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições às alíquotas básicas:

- Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - 7% a 18%. (i).

- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - 7,65% (ii).
  - Programa de Integração Social - PIS - 1,65% (ii).
  - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - 1,5%.
- (i) A Companhia e sua controlada CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias possuem incentivos de subvenção para investimento de ICMS conforme detalhes demonstrados na nota explicativa nº 7.
- (ii) Os créditos decorrentes do regime de não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados como redutoras do custo das mercadorias e dos produtos vendidos na demonstração do resultado do exercício.

As vendas são apresentadas na demonstração do resultado do exercício pelo valor líquido dos respectivos impostos e contribuições (receita operacional líquida).

#### m.2) Tributação sobre o lucro

##### Impostos correntes

A provisão para imposto sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada individualmente por Empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim de cada exercício, sendo, exceto pelas controladas localizadas no exterior, em que são observadas as alíquotas fiscais válidas para cada um dos países em que se situam essas controladas, o imposto de renda e a contribuição social da Companhia e das controladas no Brasil calculados, respectivamente, às alíquotas de 25% e 9%. As controladas Alpargatas Imobiliária Ltda. e Fibrasil Agrícola e Comercial Ltda. apuram o imposto de renda e a contribuição social de acordo com a sistemática do lucro presumido, levando-se em consideração as alíquotas e a legislação em vigor nas datas dos balanços.

A despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados nas datas dos balanços, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando aplicável, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

##### Impostos diferidos

O imposto sobre a renda diferido (“imposto diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporárias nas datas dos balanços entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as



diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada nas datas dos balanços e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente nas datas dos balanços, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, nas datas dos balanços, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

#### Imposto sobre a renda corrente e diferido

É reconhecido como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando está relacionado a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido, caso em que o imposto também é reconhecido diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido, ou quando ele é originado da contabilização inicial de uma combinação de negócios. No caso de uma combinação de negócios, quando aplicável, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 12.

#### n) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da controladora e de cada uma das controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados com base na moeda funcional de cada uma dessas empresas, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas operam.

Para fins das demonstrações financeiras consolidadas, os resultados e os saldos patrimoniais de cada Empresa do Grupo são convertidos para reais, que é a moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia.

#### Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (reais) utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das

contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.

### Conversão

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, as demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa e todas as outras movimentações de ativos e passivos são convertidas para reais à taxa de câmbio média, tomando como base um valor próximo da taxa cambial vigente na data das correspondentes transações. As contas do balanço patrimonial são convertidas para reais às taxas de câmbio nas datas dos balanços.

Os efeitos das variações da taxa de câmbio durante o exercício, sobre o patrimônio líquido no início do exercício, são registrados como uma movimentação do patrimônio líquido, da mesma forma que a diferença entre o lucro acumulado do exercício é registrada à média das taxas de câmbio e às taxas de câmbio do fim do exercício. As diferenças cambiais acumuladas resultantes são demonstradas como um componente separado no patrimônio líquido - “Ajuste de avaliação patrimonial”. No caso de alienação total ou parcial de uma participação em uma Empresa do Grupo, mediante venda ou como resultado de pagamento de capital, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração do resultado como parte do ganho ou da perda na alienação do investimento.

## o) Instrumentos financeiros

### Classificação

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia e por suas controladas são classificados sob as seguintes categorias, nos casos aplicáveis: (i) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (iii) ativos financeiros disponíveis para venda; e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou contratados.

### Ativos financeiros

#### (i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente, no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

Quando aplicável, nessa categoria são classificados unicamente os instrumentos financeiros derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas rubricas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia e suas controladas não possuíam instrumentos financeiros registrados nas demonstrações financeiras classificados nessa categoria.

(ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia e suas controladas não possuíam instrumentos financeiros registrados nas demonstrações financeiras classificados nessa categoria.

(iii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa categoria os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotados em mercados ativos ou não cotados em mercados ativos, mas que possam ter seus valores justos estimados razoavelmente. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia e suas controladas não possuíam instrumentos financeiros registrados nas demonstrações financeiras classificados nessa categoria.

(iv) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, no caso da Companhia e de suas controladas, compreendem o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo (nota explicativa nº 8), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 9) e saldos a receber de partes relacionadas (nota explicativa nº 21).

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados sob essa denominação quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Outros passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, são representados por empréstimos e financiamentos bancários (nota explicativa nº 17), saldos a pagar a fornecedores (nota explicativa nº 16) e obrigações negociadas da controlada Alpargatas S.A.I.C. - Argentina (nota explicativa nº 18), os quais, exceto pelo saldo a pagar a fornecedores, são apresentados pelo valor original, acrescido de juros e variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

Método da taxa efetiva de juros

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e valores pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa efetiva de

juros, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

### Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado em “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, respectivamente, no período em que ocorrem.

### Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### Instrumentos financeiros derivativos e atividades de “hedge”

Quando aplicável, as operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia e por suas controladas, são mensuradas ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, quando não designadas em uma contabilidade de “hedge”. Os valores nominais das operações com instrumentos financeiros derivativos não são registrados no balanço patrimonial. Os resultados líquidos não realizados dessas operações, apurados pelos valores justos de mercado, são registrados ao resultado pelo regime de competência, tendo como contrapartida as contas do ativo e passivo circulantes.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação contratada e em suas respectivas informações de mercado nas datas dos balanços, tais como taxa de juros e cupom cambial. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

#### p) Remuneração com base em ações

O valor justo das opções de compra de ações concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No fim de cada exercício, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos, sendo o impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no

patrimônio líquido na rubrica “Opções outorgadas reconhecidas”, que registrou o benefício aos empregados, em conformidade com os critérios do pronunciamento técnico CPC 10/IFRS 02 - Pagamento Baseado em Ações.

q) Participação nos resultados

A Companhia e suas controladas reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos resultados por parte dos funcionários, a qual é vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

r) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Quando aplicável, a proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, efetuada pela Administração da Companhia, que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio”, por ser considerada como uma obrigação estatutária prevista no estatuto social da Companhia; entretanto, nos casos aplicáveis, a parcela dos dividendos e juros sobre o capital próprio superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada na rubrica “Dividendo adicional proposto”, no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados em nota explicativa.

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido. Para fins tributários, são tratados como despesas financeiras reduzindo a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social.

s) Benefícios a empregados e ganhos e perdas atuariais do plano de pensão

Os custos associados às contribuições efetuadas pela Companhia e por suas controladas aos planos de pensão são reconhecidos como despesa no resultado quando os serviços que concedem o direito a esses benefícios são prestados (regime de competência). Os ganhos e as perdas atuariais apurados no plano de extensão de assistência médica a funcionários são reconhecidos no resultado em conformidade com os critérios do pronunciamento técnico CPC 33/IAS 19 - Benefícios a Empregados, baseando-se em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, conforme detalhes divulgados na nota explicativa nº 29.

t) Lucro líquido por ação

Apresentado como básico e diluído, conforme descrito na nota explicativa nº 37.

u) Ativo mantido para venda e resultado de operações descontinuadas

A Companhia classifica um ativo como mantido para venda se o seu valor contábil será recuperado por meio de transação de venda. Para que este seja o caso, o ativo mantido ou o grupo de ativos mantidos para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tal ativo para venda. Com isso, a sua venda deve ser altamente provável.

Para que a venda seja altamente provável, a Administração deve estar comprometida com o plano de venda do ativo, e deve ter sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e concluir o plano. Além disso, o ativo mantido para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Ainda, deve-se esperar que a venda seja concluída em até um ano a partir da data da classificação como mantido para venda.

O grupo de ativos mantidos para venda é mensurado pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos despesas de venda. Caso o valor contábil seja superior ao seu valor justo, uma perda por “impairment” é reconhecida em contrapartida ao resultado. Qualquer reversão ou ganho somente será registrado até o limite da perda reconhecida.

A depreciação do ativo mantido para venda cessa quando um grupo de ativos é designado como mantidos para venda. Os ativos e passivos do grupo de operações descontinuadas são apresentados em linhas únicas do ativo e passivo.

O resultado das operações descontinuadas é apresentado em montante único nas demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa, contemplando o resultado total após o imposto de renda dessas operações menos qualquer perda relacionada a “impairment”. Os fluxos de caixa líquidos atribuíveis às atividades operacionais, de investimento e de financiamento das operações descontinuadas são apresentados na nota explicativa nº 36.

v) Informações por segmento

São apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pelo Diretor Presidente. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 25.

w) Prática contábil aplicável somente às demonstrações financeiras individuais - Investimentos

Os investimentos em controladas e coligada são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 14.

x) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das mercadorias e dos produtos vendidos e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, considerando os tributos incluídos no momento da aquisição, os

efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

#### 4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

Na aplicação das práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou também em exercícios posteriores, se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

##### a) Reconhecimento da receita de vendas

Para fazer esse julgamento, a Administração levou em consideração o critério detalhado de reconhecimento da receita oriunda da venda de produtos e, em particular, se a Companhia e suas controladas haviam transferido ao comprador os principais riscos e benefícios da propriedade dos produtos. Após a quantificação criteriosa do passivo da Companhia e de suas controladas relativo ao trabalho de retificação e das limitações acordadas a respeito da possibilidade de os clientes solicitarem trabalhos adicionais ou a substituição dos produtos, a Administração concluiu que os principais riscos e benefícios foram transferidos e que seria apropriado o reconhecimento das receitas no exercício corrente.

##### b) Imposto de renda e contribuição social - diferidos

A Companhia e suas controladas reconhecem ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Administração revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

##### c) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na explicativa nº 22. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a

avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras.

d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para perdas na realização de créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no critério descrito na nota explicativa nº 3.d).

e) Provisão para perdas com estoques de giro lento e fora de linha

A provisão para perdas com estoques de giro lento e fora de linha é constituída com base em política definida pela Administração que leva em consideração a previsão de vendas futuras e o saldo de estoques existentes nas datas dos balanços.

f) Planos de pensão e de assistência médica

O valor atual dos planos de pensão e de assistência médica depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que atualizam uma série de premissas, como, por exemplo, taxa de desconto, e outras, que estão divulgadas na nota explicativa nº 29. A mudança em uma dessas estimativas poderia afetar os resultados apresentados.

g) Avaliação do valor recuperável do ágio

Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das UGCs para as quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das UGCs e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado.

O valor contábil do ágio em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 é de R\$150.130. Os detalhes das premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável estão divulgados na nota explicativa nº 15.

h) Vida útil dos bens do imobilizado e intangível

A Companhia e suas controladas revisam anualmente a vida útil estimada dos bens do imobilizado. Durante o exercício de 2010, foi efetuada a primeira análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e intangível com prazo de vida útil definida, normatizada pela interpretação técnica ICPC 10, com efeitos registrados a partir de 1º de janeiro de 2010.

## 5. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

a) Normas, interpretações e alterações de normas existentes e em vigor em 31 de dezembro de 2011 e que não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

As normas e alterações de normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011 e não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas:



<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
Melhorias nas IFRSs – 2010	Alteração de diversos pronunciamentos contábeis.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2011.
Alterações à IFRS 01 - Adoção Inicial das IFRSs	Isenção limitada de divulgações comparativas da IFRS 07 para adotantes iniciais.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de julho de 2010.
Alterações à IAS 24 - Partes Relacionadas	Divulgações de partes relacionadas.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2011.
Alterações à IFRIC 14 - Limite de Ativo em Planos de Benefício Definido	Pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2011.
Alterações à IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação	Classificação dos direitos de emissão.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de fevereiro de 2010.
IFRIC 19 - Extinção de Passivos Financeiros	Extinção de passivos financeiros através de instrumentos patrimoniais.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de julho de 2010.

- b) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2011 e que não foram adotadas antecipadamente pela Companhia.

As normas e alterações de normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos iniciados após 31 de dezembro de 2011. Todavia, não houve adoção antecipada por parte da Companhia e de suas controladas:

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
IFRS 09 (conforme alterada em 2010)	Instrumentos financeiros.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
Alterações à IFRS 01 - Adoção Inicial das IFRSs	Eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de julho de 2011.
Alterações à IFRS 07 - Instrumentos Financeiros: Divulgação	Divulgações - transferências de ativos financeiros.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de julho de 2011.
Alterações à IAS 12 - Tributos sobre a Renda	Impostos diferidos - recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo de acordo com a IAS 40.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2012.
IAS 28 (revisada em 2011) - Investimentos em Coligadas e Entidades com Controle Compartilhado	Revisão da IAS 28 para incluir as alterações introduzidas pelas IFRSs 10, 11 e 12.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
IAS 27 (revisada em 2011) - Demonstrações Financeiras Separadas	Requerimentos da IAS 27 relacionados às demonstrações financeiras consolidadas são substituídos pela IFRS 10. Requerimentos para demonstrações financeiras separadas são mantidos.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas	Substituiu a IAS 27 em relação aos requerimentos aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas e a SIC 12. A IFRS 10 determinou um único modelo de consolidação com base em controle, independentemente da natureza do investimento.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 11 - Acordos de Participação	Eliminou o modelo de consolidação proporcional para as entidades com controle compartilhado, mantendo apenas o modelo pelo método da equivalência patrimonial. Eliminou também o conceito de “ativos com controle compartilhado”, mantendo apenas “operações com controle compartilhado” e “entidades com controle compartilhado”.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades	Expande os requerimentos de divulgação de investimentos nas empresas em que a Companhia possui influência significativa.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 13 - Mensurações ao Valor Justo	Substitui e consolida todas as orientações e os requerimentos relacionados à mensuração ao valor justo contidos nos demais pronunciamentos das IFRSs em um único pronunciamento. A IFRS 13 define valor justo e orienta como determinar o valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados à mensuração do valor justo. Entretanto, ela não introduz nenhum novo requerimento nem alteração com relação aos itens que devem ser mensurados ao valor justo, os quais permanecem nos pronunciamentos originais.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
Alterações à IAS 19 - Benefícios aos Empregados	Eliminação do enfoque do corredor (“corridor approach”), sendo os ganhos ou as perdas atuariais reconhecidos como outros resultados abrangentes para os planos de pensão e o resultado para os demais benefícios de longo prazo, quando incorridos, entre outras alterações.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
Alterações à IAS 01 - Apresentação das Demonstrações Financeiras	Introduz o requerimento de que os itens registrados em outros resultados abrangentes sejam segregados e totalizados entre itens que são e os que não são posteriormente reclassificados para lucros e perdas.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

A Administração da Companhia avaliará os impactos nas demonstrações financeiras pela adoção desses pronunciamentos e dessas interpretações e os adotará de acordo com o início da respectiva vigência, que se dará após a aprovação pela CVM.

## 6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma empresa para auferir benefícios de suas atividades.

As controladas foram consolidadas integralmente, com o respectivo cálculo da participação dos acionistas não controladores, incluindo as contas de ativo, passivo, receitas e despesas segundo a natureza de cada conta, complementada com as eliminações de: (a) saldos de investimentos e do patrimônio líquido; e (b) saldos de contas-correntes e outros saldos integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as Empresas do Grupo, inclusive caso existam lucros não realizados. O balanço patrimonial das controladas sediadas no exterior em moeda funcional diferente do real (em peso argentino, euro ou dólar norte-americano) foi convertido para reais com base nas taxas de câmbio nas datas dos balanços. A demonstração do resultado das controladas sediadas no exterior foi convertida para reais com base nas taxas de câmbio médias. As diferenças decorrentes da utilização de diferentes taxas de conversão são registradas no patrimônio líquido, na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”, as quais serão reclassificadas para o resultado do exercício, quando aplicável, na data de alienação do investimento.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição ou até a data da alienação, conforme aplicável.

As demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas em reais, mesma moeda funcional da Companhia.

A Companhia revisa as práticas contábeis adotadas pelas controladas no exterior e, na eventualidade de diferenças com aquelas adotadas no Brasil, efetua ajustes no patrimônio líquido e no resultado do exercício das controladas antes de apurar o resultado e a equivalência patrimonial.

#### Definição de controladas

Controladas são todas as empresas cujas políticas financeiras e operacionais são controladas e conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação societária de mais da metade. Nos casos aplicáveis, a existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla ou não outra empresa. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle cessa.

A consolidação abrange as demonstrações financeiras da Companhia e das seguintes controladas diretas e indiretas:

	Participação e poder de voto - %	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Participação direta:		
Locomotiva Indústria e Comércio de Têxteis Industriais Ltda. (*)	-	-
CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias	100,00	100,00
Fibrasil Agrícola e Comercial Ltda.	100,00	100,00
Alpargatas Imobiliária S.A.	100,00	100,00
Alpargatas Chile Ltda. – Chile	100,00	100,00
Alpargatas Internacional APS – Dinamarca	100,00	100,00
Alpargatas S.A.I.C. - Argentina	91,45	70,69
Participação indireta (através da Alpargatas Internacional APS):		
Alpargatas Europe S.L.U. – Espanha	100,00	100,00
Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos	100,00	100,00
Alpargatas UK Limited - Reino Unido	100,00	100,00
Alpargatas France S.A.R.L. – França	100,00	100,00
Alpargatas Itália S.R.L. – Itália	100,00	100,00
Alpargatas Portugal Limited – Portugal	100,00	100,00
Grupo Tavex S.A.	18,69	18,69
Participação indireta (através da Locomotiva Indústria e Comércio de Têxteis Industriais Ltda.):		
Locomotiva da Amazônia Indústria e Comércio de Têxteis Industriais Ltda. (*)	-	-

(\*) Operação descontinuada conforme detalhes divulgados nas notas explicativas nº 1.3. e nº 36.

- CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias: adquirida em novembro de 2007, dedica-se à fabricação e comercialização de sandálias de borracha.

- Fibrasil Agrícola e Comercial Ltda.: adquirida em novembro de 1989, dedica-se à importação e exportação em geral, à compra, venda e locação de imóveis próprios e à participação em outras empresas, no país ou no exterior. Atualmente encontra-se sem operações.
- Alpargatas Imobiliária S.A.: constituída em janeiro de 2005, dedica-se à compra, venda e locação de imóveis próprios e à participação em outras empresas, no país ou no exterior.
- Alpargatas S.A.I.C. - Argentina: adquirida em outubro de 2007, porém com a transferência do controle para a Companhia em outubro de 2008, dedica-se à fabricação e comercialização de calçados e produtos têxteis, principalmente no mercado argentino.
- Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha, Alpargatas France S.A.R.L. - França, Alpargatas UK Limited - Reino Unido, Alpargatas Itália S.R.L. - Itália e Alpargatas Portugal Limited - Portugal: constituídas, respectivamente, em julho, agosto e setembro de 2008 e abril e maio de 2009, cuja atividade principal é a importação e comercialização de calçados no mercado europeu.
- Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos: constituída pela incorporação da Expasa Florida Inc. em dezembro de 2006. Sua atividade principal é a importação e comercialização de calçados no mercado norte-americano.
- Alpargatas Chile Ltda. - Chile: constituída em novembro de 2007, tem como atividade principal a importação e comercialização de calçados no mercado chileno. Em novembro de 2009, foi aprovado o encerramento das operações desta controlada, passando a Companhia, a partir de maio de 2010, a comercializar seus produtos, via distribuidor independente, através de contrato de representação comercial.

#### Mudanças nas participações em controladas existentes

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as mudanças nas participações da Companhia em controladas que não resultem em perda do controle sobre as controladas são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações da Companhia e de acionistas não controladores são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos acionistas controladores.

Quando a Companhia perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda na alienação é calculado pela diferença entre: (a) a soma do valor justo das considerações recebidas e do valor justo da participação residual; e (b) o saldo anterior dos ativos (incluindo ágio) e passivos da controlada, e participações não controladoras, se houver. Quando os ativos da controlada são registrados aos valores justos e o correspondente ganho ou perda acumulado foi reconhecido na rubrica “Outros resultados abrangentes” e acumulado no patrimônio, os valores reconhecidos anteriormente em “Outros resultados abrangentes” e acumulados no patrimônio líquido são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os correspondentes ativos (ou seja, reclassificado para o resultado ou transferido diretamente para a rubrica “Lucros acumulados”, conforme requerido pelas IFRSs aplicáveis). O valor justo de qualquer investimento detido na antiga controlada na data da perda de controle é considerado como o valor justo no reconhecimento inicial para contabilização subsequente, conforme o pronunciamento técnico CPC 38/IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e

Mensuração, ou, quando aplicável, como o custo no reconhecimento inicial de um investimento de uma coligada ou controlada em conjunto.

## 7. INCENTIVOS FISCAIS - SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTOS

A Companhia e suas controladas gozam de subvenções, concedidas pelos governos estaduais em que as principais fábricas estão localizadas, as quais expiram entre 2018 e 2020. A Companhia e suas controladas gozam também de subvenções federais através do lucro da exploração na Região Nordeste.

O valor dessas subvenções para investimentos, incluindo os incentivos fiscais de imposto de renda registrados durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, é demonstrado como segue:

	Controladora		Consolidado	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Subvenção ICMS:				
Paraíba (a)	133.971	118.052	133.971	118.052
Pernambuco (b)	-	-	9.009	8.586
Incentivos de IRPJ-				
Região Nordeste (c)	<u>12.573</u>	<u>13.155</u>	<u>16.004</u>	<u>17.062</u>
Total	<u>146.544</u>	<u>131.207</u>	<u>158.984</u>	<u>143.700</u>

- (a) Valores referentes à subvenção para investimentos no Estado da Paraíba, usufruída na forma de apuração de crédito presumido de ICMS, apurados pelas fábricas de Santa Rita, Campina Grande e João Pessoa. Os montantes envolvidos representam as parcelas não recolhidas de ICMS e, portanto, de destino comprometido conforme pactuado com o governo estadual. A Companhia está adimplente com o acordo estabelecido, que consiste em ampliar as unidades fabris naquela região, incrementar a produção de pares de calçados e gerar empregos diretos nas fábricas paraibanas.

Adicionalmente, durante os exercícios de 2011 e de 2010, não existiam parcelas de incentivos a serem reconhecidas contabilmente, decorrentes de obrigações estabelecidas pelo programa de incentivo, a serem cumpridas pela Companhia. As parcelas do incentivo fiscal são registradas a crédito na rubrica “Impostos incidentes sobre as vendas” na demonstração do resultado.

- (b) Valores referentes à subvenção para investimentos no Estado de Pernambuco, usufruída na forma de apuração de crédito presumido de ICMS e, portanto, de destino comprometido conforme pactuado com o governo estadual pela controlada CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias. A controlada está adimplente com o acordo estabelecido, que consiste em manter uma quantidade mínima de empregos diretos na região e auferir receita bruta mensal de, pelo menos, R\$2.500.
- (c) Registrados a crédito na rubrica “Imposto de renda e contribuição social - correntes” na demonstração do resultado (vide detalhes na nota explicativa nº 12.b)).

## 8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

### a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Caixa e bancos	458	7.381	14.847	31.552
Conta-corrente remunerada (i)	644	-	2.458	-
Aplicações financeiras:				
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs pré e pós-fixados (ii)	133.208	159.545	136.610	159.545
Operações compromissadas (ii)	306.968	328.036	345.351	328.036
Notas do Tesouro Nacional - tipo B (iii)	10.110	-	10.110	-
Outros - Alpargatas S.A.I.C. - Argentina (iv)	-	-	809	3.408
Outros - Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha (iv)	-	-	282	815
Total	<u>451.388</u>	<u>494.962</u>	<u>510.467</u>	<u>523.356</u>

A Companhia possui uma política de aplicações financeiras que estabelece que os investimentos financeiros somente poderão ser realizados em instituições financeiras com “rating” mínimo “AA”, classificado segundo as agências classificadoras Fitch e Standard & Poor’s, ou “Aa”, segundo a Moody’s. Qualquer proposta da Administração para efetuar investimentos financeiros em instituições financeiras com “rating” abaixo dessa classificação dependerá da autorização do Conselho de Administração.

A política da Companhia não estabelece critérios para a determinação da composição de “Caixa e equivalentes de caixa”; entretanto, a classificação contábil desses componentes, utilizada pela Administração da Companhia e de suas controladas, é a descrita na nota explicativa nº 3.c).

As aplicações financeiras mantidas pela Companhia e por suas controladas são como segue:

- (i) Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas mantinham saldo em conta-corrente remunerada a 20% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2011, os CDBs estavam distribuídos em diversas instituições financeiras com remuneração média de 103,66% do CDI (102,68% em 31 de dezembro de 2010), e as operações compromissadas, distribuídas em diversas instituições financeiras com remuneração média de 103,32% do CDI (101,67% em 31 de dezembro de 2010). Em 31 de dezembro de 2011, os CDBs e os títulos relativos às operações compromissadas possuíam prazos de vencimento distribuídos entre janeiro de 2012 e novembro de 2016 e são classificados como “Caixa e equivalentes de caixa”, por possuírem prazo máximo de 90 dias para resgate ou por serem considerados ativos financeiros com garantia de resgate imediato, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

- (iii) A Companhia adquiriu Notas do Tesouro Nacional - tipo B (NTN-B) indexadas à variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA mais juros de 6% ao ano, com vencimento em agosto de 2020. Por serem títulos de alta liquidez, a Companhia os mantém atualizados a valor de mercado e por isso também os classifica como “Caixa e equivalentes de caixa”.
- (iv) As aplicações financeiras mantidas pelas controladas Alpargatas S.A.I.C. - Argentina e Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha em 31 de dezembro de 2011 estão representadas por títulos de renda fixa, com remuneração média anual de 3,38% e 1,6%, respectivamente (9,38% e 1,59%, respectivamente, em 31 de dezembro de 2010).

b) Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, referem-se a CDBs e operações compromissadas com remuneração média de 103,61% do CDI (109,16% em 31 de dezembro de 2010). Estão compostas conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
CDBs pré e pós-fixados	10.737	51.883	10.737	51.883
Operações compromissadas	<u>149.750</u>	<u>79.426</u>	<u>149.750</u>	<u>79.426</u>
Total	<u>160.487</u>	<u>131.309</u>	<u>160.487</u>	<u>131.309</u>

Estão sendo classificadas no ativo circulante por possuírem prazo para resgate não superior a 360 dias, contados da data da aplicação, porém fora do grupo “Caixa e equivalentes de caixa”, por possuírem carência de 90 dias para resgate e haver risco significativo de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

## 9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Compostas por:

	Controladora		Consolidado	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Mercado interno	413.346	346.974	436.915	366.532
Mercado externo	17.309	16.760	93.393	78.412
Partes relacionadas (nota explicativa nº 21.b))	19.377	13.986	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(16.576)</u>	<u>(13.086)</u>	<u>(24.450)</u>	<u>(18.371)</u>
Total	<u>433.456</u>	<u>364.634</u>	<u>505.858</u>	<u>426.573</u>

As contas a receber de clientes são classificadas como empréstimos e recebíveis demonstrados ao custo amortizado. Seu valor contábil líquido é próximo ao seu valor justo, conforme razões descritas na nota explicativa nº 3.d). As contas a receber no mercado externo estão denominadas em dólar norte americano, euro e peso argentino.



b) Contas a receber de clientes por idade de vencimento

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
A vencer	396.982	333.939	452.512	385.176
Vencidas:				
Até 30 dias	20.627	15.980	30.114	22.426
De 31 a 90 dias	4.994	5.603	10.954	8.770
Mais de 91 dias	<u>27.429</u>	<u>22.198</u>	<u>36.728</u>	<u>28.572</u>
Total	<u>450.032</u>	<u>377.720</u>	<u>530.308</u>	<u>444.944</u>

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(13.086)	(18.371)
Adições	(5.255)	(8.106)
Reversões e baixas	<u>1.765</u>	<u>2.027</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>(16.576)</u>	<u>(24.450)</u>

A composição consolidada por idade de vencimento das contas a receber de clientes, incluídas na provisão para créditos de liquidação duvidosa, é como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Até 30 dias	(298)	(74)
De 31 a 90 dias	(983)	(320)
Mais de 91 dias	<u>(23.169)</u>	<u>(17.977)</u>
Total	<u>(24.450)</u>	<u>(18.371)</u>

A despesa com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica “Despesas com vendas” na demonstração do resultado.

A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento conforme demonstrado no quadro de contas a receber de clientes por idade de vencimento. Exceto para alguns casos de clientes em atraso com dívidas já renegociadas, para os quais a Companhia e suas controladas possuem como garantias cartas de crédito e imóveis, para os demais títulos em atraso, os quais estão incluídos na provisão para créditos de liquidação duvidosa, estas não mantêm nenhuma outra garantia.

## 10. ESTOQUES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Produtos acabados	114.366	96.359	218.866	164.429
Produtos em processo	11.560	12.546	29.707	26.517
Matérias-primas	38.858	41.617	69.149	70.599
Importações em andamento	12.777	14.957	13.552	14.957
Outros	24.959	24.024	28.993	29.192
Provisão para perdas nos estoques	<u>(4.320)</u>	<u>(5.625)</u>	<u>(9.244)</u>	<u>(9.809)</u>
Total	<u>198.200</u>	<u>183.878</u>	<u>351.023</u>	<u>295.885</u>

A movimentação da provisão para perdas nos estoques é como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(5.625)	(9.809)
Adições	(3.298)	(4.981)
Reversões e baixas	<u>4.603</u>	<u>5.546</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>(4.320)</u>	<u>(9.244)</u>

## 11. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Antecipações de imposto de renda e contribuição social	10.270	7.384	12.250	9.656
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	4.013	1.297	4.013	1.297
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	2.687	3.241	2.874	3.389
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	108	87	108	87
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a compensar	4.785	1.086	5.275	1.418
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA - Alpargatas Europa	-	-	2.046	1.503
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA - Alpargatas Chile	-	-	-	555
Antecipações de imposto de renda - Alpargatas S.A.I.C. - Argentina	-	-	15.880	14.143
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA - Argentina	-	-	8.326	6.553
Outros	<u>513</u>	<u>4.151</u>	<u>3.035</u>	<u>5.112</u>
Total	<u>22.376</u>	<u>17.246</u>	<u>53.807</u>	<u>43.713</u>
Parcela do circulante	15.886	13.451	27.959	24.685
Parcela do não circulante	6.490	3.795	25.848	19.028

## 12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a) Diferidos

	Controladora e Consolidado	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Ativo não circulante:		
Controladora:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.636	4.449
Provisão para perdas nos estoques	1.469	1.913
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	8.050	6.963
Provisão para tributos com exigibilidade suspensa	20.853	15.844
Baixa do ativo diferido	601	1.328
Ajuste de reconhecimento de receita de vendas	3.721	5.477
Outras diferenças temporárias	6.508	3.824
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	3.207
Total - controladora	<u>46.838</u>	<u>43.005</u>
Controladas:		
Alpargatas S.A.I.C. - Argentina:		
Provisão para "fidecomiso"	7.259	13.516
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	12.149	7.829
Outras diferenças temporárias	<u>7.328</u>	<u>5.988</u>
	<u>26.736</u>	<u>27.333</u>
Alpargatas Europe S.L.U. – Espanha:		
Prejuízos fiscais (i)	<u>9.750</u>	<u>8.567</u>
Alpargatas Chile Ltda. – Chile	-	<u>2.046</u>
CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias:		
Diferenças temporárias	1.816	1.970
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (i)	<u>3.376</u>	<u>7.157</u>
	5.192	9.127
Lucros não realizados nos estoques	<u>1.035</u>	<u>765</u>
(-) Provisão para risco de realização - Alpargatas Chile Ltda. - Chile	-	(2.046)
Total – consolidado	<u>89.551</u>	<u>88.797</u>
Passivo não circulante:		
Controladora:		
Ágio na aquisição de controladas amortizado fiscalmente (ii)	<u>5.690</u>	<u>3.261</u>
Total – controladora	<u>5.690</u>	<u>3.261</u>
Controladas:		
Alpargatas S.A.I.C. – Argentina:		
Ajuste a valor presente sobre obrigações renegociadas e diferença fiscal na valorização de bens do ativo imobilizado	<u>38.617</u>	<u>39.364</u>
Total - consolidado	<u>44.307</u>	<u>42.625</u>

(i) Constituição de crédito tributário de controladas

Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha

Para o encerramento das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Administração, com base em estudo de viabilidade técnica aprovado pelo Conselho de Administração, decidiu pela constituição de crédito tributário diferido de imposto de renda sobre prejuízos fiscais incorridos pela controlada Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha. Com base nas projeções de lucros tributáveis futuros da controlada, a partir de 2011, a Administração, observando os requerimentos do pronunciamento técnico CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro, decidiu pela constituição do crédito tributário diferido, o qual possui previsão de realização até 2015. De acordo com a legislação fiscal espanhola os prejuízos fiscais possuem prazo máximo de prescrição de 18 anos a partir da data de sua geração.

CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias

Em junho de 2010, a CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias constituiu crédito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, em virtude da perspectiva de geração futura de lucro tributável, conforme previsões do pronunciamento técnico CPC 32/IAS 12. O crédito constituído passou a ser compensado e possui previsão de realização até o final de 2012.

(ii) Ágio na aquisição de controladas amortizado fiscalmente

Devido à revogação da prática contábil de amortização de ágio gerado na aquisição de controladas, conforme as alterações nas práticas contábeis adotadas no Brasil promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, a partir de 1º de janeiro de 2009 a Companhia passou a aproveitar o benefício fiscal do ágio gerado na aquisição da controlada CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias, após incorporação da ex-controlada Atlântico Participações S.A., através do Regime Tributário de Transição - RTT, cujo efeito estava sendo anteriormente compensado à razão de 1/60 avos mensais, com valor de amortização mensal de R\$400, o qual vem gerando um impacto tributário de R\$136 ao mês. Para isso, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, a diferença entre a base para aproveitamento fiscal e amortização contábil está sendo considerada como uma diferença temporária para fins de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL diferidos, cujos efeitos estão sendo registrados no passivo não circulante.

Os créditos tributários diferidos no consolidado possuem os seguintes prazos estimados de realização:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
2012	4.478	19.235
2013	4.758	20.573
2014	4.758	20.573
2015 em diante	<u>75.557</u>	<u>28.416</u>
Total - consolidado	<u>89.551</u>	<u>88.797</u>

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia também possuía créditos tributários sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, gerados por suas controladas no exterior, devido à ausência de projeções de lucros tributáveis para os próximos exercícios.

Os valores dos créditos tributários, calculados às alíquotas vigentes nos respectivos países onde se situam as controladas, são demonstrados conforme a seguir:

	R\$
Diferenças temporárias totais	1.113
Prejuízos fiscais:	
Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos	38.528
Alpargatas France S.A.R.L. - França	247
Alpargatas Itália S.R.L. - Itália	<u>5</u>
Total	<u>39.893</u>

Os créditos tributários sobre os prejuízos fiscais gerados pelas controladas não possuem prazo para serem compensados (data de expiração).

A movimentação dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 é demonstrada como segue:

	2010	(Debitado) creditado à demonstração do resultado	Variação cambial, encargos e outros movimentos	2011
Ativo não circulante:				
Controladora:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.449	1.187	-	5.636
Provisão para perdas nos estoques	1.913	(444)	-	1.469
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	6.963	1.087	-	8.050
Provisão para tributos com exigibilidade suspensa	15.844	5.009	-	20.853
Baixa do ativo diferido	1.328	(727)	-	601
Ajuste de reconhecimento de receita de vendas	5.477	(1.756)	-	3.721
Outras diferenças temporárias	3.824	2.684	-	6.508
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	<u>3.207</u>	<u>(3.207)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total - controladora	<u>43.005</u>	<u>3.833</u>	<u>-</u>	<u>46.838</u>
Controladas:				
Alpargatas S.A.I.C. - Argentina:				
Provisão para "fidecomiso"	13.516	(6.321)	64	7.259
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	7.829	3.716	604	12.149
Outras diferenças temporárias	<u>5.988</u>	<u>1.049</u>	<u>291</u>	<u>7.328</u>
	<u>27.333</u>	<u>(1.556)</u>	<u>959</u>	<u>26.736</u>
Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha	<u>8.567</u>	<u>657</u>	<u>526</u>	<u>9.750</u>
Alpargatas Chile Ltda. - Chile	<u>2.046</u>	<u>-</u>	<u>(2.046)</u>	<u>-</u>
CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias:				
Diferenças temporárias	1.970	(154)	-	1.816
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	<u>7.157</u>	<u>(2.392)</u>	<u>(1.389)</u>	<u>3.376</u>
	<u>9.127</u>	<u>(2.546)</u>	<u>(1.389)</u>	<u>5.192</u>

	2010	(Debitado) creditado à demonstração do resultado	Varição cambial, encargos e outros movimentos	2011
Lucros não realizados nos estoques	765	270	-	1.035
(-) Provisão para risco de realização - Alpargatas Chile Ltda. - Chile	<u>(2.046)</u>	<u>-</u>	<u>2.046</u>	<u>-</u>
Total - consolidado	<u>88.797</u>	<u>658</u>	<u>96</u>	<u>89.551</u>
Passivo não circulante:				
Controladora:				
Ágio na aquisição de controladas amortizado fiscalmente	<u>3.261</u>	<u>2.429</u>	<u>-</u>	<u>5.690</u>
Total controladora	<u>3.261</u>	<u>2.429</u>	<u>-</u>	<u>5.690</u>
Controladas:				
Alpargatas S.A.I.C. – Argentina:				
Ajuste a valor presente sobre obrigações negociadas e diferença fiscal na valorização de bens do ativo imobilizado	<u>39.364</u>	<u>(2.110)</u>	<u>1.356</u>	<u>38.617</u>
Total - consolidado	<u>42.625</u>	<u>319</u>	<u>1.356</u>	<u>44.307</u>
Total líquido - controladora		1.404		
Total líquido - consolidado		339		
	2009	(Debitado) creditado à demonstração do resultado	Varição cambial, encargos e outros movimentos	2010
Ativo não circulante:				
Controladora:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.143	306	-	4.449
Provisão para perdas nos estoques	2.678	(765)	-	1.913
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	7.013	(50)	-	6.963
Provisão para tributos com exigibilidade suspensa	11.296	4.548	-	15.844
Baixa do ativo diferido	2.139	(811)	-	1.328
Ajuste de reconhecimento de receita de vendas	6.754	(1.277)	-	5.477
Outras diferenças temporárias	5.065	(1.241)	-	3.824
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	<u>3.207</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.207</u>
Total - controladora	<u>42.295</u>	<u>710</u>	<u>-</u>	<u>43.005</u>
Controladas:				
Alpargatas S.A.I.C. - Argentina:				
Provisão para “fidecomiso”	19.948	(2.339)	(4.093)	13.516
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	7.512	1.378	(1.541)	7.349
Outras diferenças temporárias	<u>8.597</u>	<u>(365)</u>	<u>(1.764)</u>	<u>6.468</u>
	<u>36.057</u>	<u>(1.326)</u>	<u>(7.398)</u>	<u>27.333</u>
Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha	<u>9.404</u>	<u>-</u>	<u>(837)</u>	<u>8.567</u>
Alpargatas Chile Ltda. - Chile	<u>1.213</u>	<u>-</u>	<u>833</u>	<u>2.046</u>
CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias:				
Diferenças temporárias	-	1.970	-	1.970
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	<u>-</u>	<u>5.397</u>	<u>1.760</u>	<u>7.157</u>
	<u>-</u>	<u>7.367</u>	<u>1.760</u>	<u>9.127</u>
Lucros não realizados nos estoques	1.322	(557)	-	765
(-) Provisão para risco de realização - Alpargatas Chile Ltda. - Chile	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.046)</u>	<u>(2.046)</u>
Total - consolidado	<u>90.291</u>	<u>6.194</u>	<u>(7.688)</u>	<u>88.797</u>

	2009	(Debitado) creditado à demonstração do resultado	Variação cambial, encargos e outros movimentos	2010
Passivo não circulante:				
Controladora:				
Ágio na aquisição de controladas amortizado fiscalmente	<u>1.631</u>	<u>1.630</u>	-	<u>3.261</u>
Total controladora	<u>1.631</u>	<u>1.630</u>	-	<u>3.261</u>
Controladas:				
Alpargatas S.A.I.C. – Argentina:				
Ajuste a valor presente sobre obrigações negociadas e diferença fiscal na valorização de bens do ativo imobilizado	<u>49.608</u>	<u>(678)</u>	<u>(9.264)</u>	<u>39.364</u>
Total - consolidado	<u>51.239</u>	<u>952</u>	<u>(9.264)</u>	<u>42.625</u>
Total líquido - controladora		(920)		
Total líquido - consolidado		5.242		

## b) Correntes

### Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido

	Controladora		Consolidado	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	329.025	327.181	340.864	333.183
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal vigente	(111.870)	(111.242)	(115.894)	(113.282)
Resultado de equivalência patrimonial	3.857	13.376	(1.923)	(3.135)
Benefício dos juros sobre o capital próprio	26.724	21.560	26.724	21.560
Efeitos tributários da adoção do RTT:				
Subvenção para investimento - ICMS	45.550	40.138	48.613	43.057
Outorgas de opções de compra de ações	(431)	(369)	(431)	(369)
Subvenção fiscal federal - IRPJ (nota explicativa nº 7)	12.573	13.155	16.004	17.062
Efeito da sistemática do lucro presumido em controlada	-	-	-	4.377
Benefício da Lei do Bem - Lei nº 11.196/05	1.558	1.253	1.558	1.253
Crédito tributário não constituído sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias apuradas por controladas no exterior	-	-	(5.879)	(4.828)
Aproveitamento de crédito tributário de controlada não constituído em exercícios anteriores	-	-	-	8.524
Outras exclusões (adições) permanentes, líquidas	<u>434</u>	<u>(1.952)</u>	<u>(569)</u>	<u>(191)</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social	<u>(21.605)</u>	<u>(24.081)</u>	<u>(31.797)</u>	<u>(25.972)</u>
Correntes	(23.009)	(23.161)	(32.136)	(31.214)
Diferidos	1.404	(920)	339	5.242

## 13. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Representam ativos restritos da Companhia e de suas controladas e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionados.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, os saldos são representados basicamente por depósitos judiciais relativos a reclamações trabalhistas e processos tributários. Tais depósitos, que não envolvem obrigações correntes, foram necessários para dar andamento aos processos. Na opinião da Administração e de seus assessores jurídicos, a probabilidade de perda não é considerada como provável e, portanto, não foi constituída provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

Estão representados como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Processos tributários	6.571	5.827	6.680	5.827
Reclamações trabalhistas	<u>7.094</u>	<u>5.871</u>	<u>7.848</u>	<u>6.823</u>
Total	<u>13.665</u>	<u>11.698</u>	<u>14.528</u>	<u>12.650</u>

#### 14. INVESTIMENTOS

Estão representados como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Investimentos	207.042	174.553	74.267	77.143
Ágio	<u>150.130</u>	<u>150.130</u>	-	-
Total	<u>357.172</u>	<u>324.683</u>	<u>74.267</u>	<u>77.143</u>



<u>Informações em 31 de dezembro de 2011</u>	<u>Fibrasil Agrícola e Comercial Ltda.</u>	<u>Alpargatas Internacional APS - Dinamarca</u>	<u>Alpargatas Imobiliária S.A.</u>	<u>CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias</u>	<u>Alpargatas S.A.I.C. - Argentina</u>	<u>Alpargatas Chile Ltda. - Chile</u>	<u>Total</u>
Número de ações ou cotas possuídas	1.157.111	30.393.854	5.585.855	750.645	64.126.833	-	
Capital social	1.157	74.464	8.766	20.848	30.573	9.180	
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	2.222	4.161	17.834	54.755	142.356	(106)	
Lucro não realizado nos estoques		<u>(1.986)</u>			<u>(24)</u>		
		2.175			142.332		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	118	(23.847)	1.356	27.448	8.763	(310)	
Participação - %	100,00	100,00	100,00	100,00	91,45	100,00	
Valor contábil dos investimentos:							
Saldo em 31 de dezembro de 2010	2.104	30.939	22.979	28.353	90.325	(147)	174.553
Aumento de capital	-	306	-	-	25.509	334	26.149
Distribuição de dividendos	-	-	(6.501)	(1.046)	-	-	(7.547)
Resultado de equivalência patrimonial	118	(24.367)	1.356	27.448	7.082	(292)	11.345
Variação cambial dos investimentos	<u>-</u>	<u>(4.703)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.246</u>	<u>(1)</u>	<u>2.542</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>2.222</u>	<u>2.175</u>	<u>17.834</u>	<u>54.755</u>	<u>130.162</u>	<u>(106)</u>	<u>207.042</u>

<u>Informações em 31 de dezembro de 2010</u>	<u>Fibrasil Agrícola e Comercial Ltda.</u>	<u>Alpargatas Internacional APS - Dinamarca</u>	<u>Alpargatas Imobiliária S.A.</u>	<u>CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias</u>	<u>Alpargatas S.A.I.C. - Argentina</u>	<u>Alpargatas Chile Ltda. - Chile</u>	<u>Total</u>
Número de ações ou cotas possuídas	1.157.111	30.004.124	5.585.855	750.645	49.569.771	-	
Capital social	1.157	67.864	8.766	20.848	29.409	8.700	
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	2.104	32.404	22.979	28.353	127.922	(126)	
Lucro não realizado nos estoques		<u>(1.465)</u>				<u>(21)</u>	
		30.939				(147)	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	(23.661)	14.298	39.966	13.946	(2.573)	
Participação - %	100,00	100,00	100,00	100,00	70,69	100,00	
Valor contábil dos investimentos:							
Saldo em 31 de dezembro de 2009	2.104	56.738	7.563	(11.613)	75.021	(1.211)	128.602
Aumento de capital	-	601	-	-	13.393	3.857	17.851
Aumento de capital (conferência de bens)	-	-	1.118	-	-	-	1.118
Resultado de equivalência patrimonial	-	(22.353)	14.298	39.966	9.778	(2.347)	39.342
Variação cambial dos investimentos	-	<u>(4.047)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(7.867)</u>	<u>(446)</u>	<u>(12.360)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>2.104</u>	<u>30.939</u>	<u>22.979</u>	<u>28.353</u>	<u>90.325</u>	<u>(147)</u>	<u>174.553</u>

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, o ágio em controladas é composto como segue:

	<u>CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias</u>	<u>Atlântico Participações S.A.</u>	<u>Alpargatas S.A.I.C. - Argentina</u>	<u>Total</u>
Ágio em controladas	<u>11.498</u>	<u>42.364</u>	<u>96.268</u>	<u>150.130</u>

Investimentos indiretos através da empresa “holding” Alpargatas Internacional APS - Dinamarca

<u>Informações em 31 de dezembro de 2011</u>	Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha	Alpargatas France S.A.R.L. - França	Alpargatas UK Limited - Reino Unido	Alpargatas Itália S.R.L. - Itália	Alpargatas Portugal Limited - Portugal	Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos	Grupo Tavex S.A.	Total
Número de ações ou cotas possuídas	100.000	5.000	100	1	2	10	106.733.526	
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(22.472)	(726)	125	(15)	152	(79.087)	397.427	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(1.025)	(89)	112	(65)	134	(15.958)	(30.270)	
Participação indireta - %	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	18,687	
Valor contábil dos investimentos:								
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(19.973)	(579)	51	48	11	(54.445)	77.143	2.256
Resultado de equivalência patrimonial	(1.025)	(89)	112	(65)	134	(15.958)	(5.657)	(22.548)
Variação cambial dos investimentos	<u>(1.474)</u>	<u>(58)</u>	<u>(38)</u>	<u>2</u>	<u>7</u>	<u>(8.684)</u>	<u>2.781</u>	<u>(7.465)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>(22.472)</u>	<u>(726)</u>	<u>125</u>	<u>(15)</u>	<u>152</u>	<u>(79.087)</u>	<u>74.267</u>	<u>(27.757)</u>
<u>Informações em 31 de dezembro de 2010</u>	Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha	Alpargatas France S.A.R.L. - França	Alpargatas UK Limited - Reino Unido	Alpargatas Itália S.R.L. - Itália	Alpargatas Portugal Limited - Portugal	Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos	Grupo Tavex S.A.	Total
Número de ações ou cotas possuídas	3.600	5.000	100	1	1	10	21.683.180	
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(19.973)	(579)	51	48	11	(54.445)	412.817	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.263	140	123	23	-	(14.108)	(45.962)	
Participação indireta - %	100	100	100	100	100	100	18,687	
Valor contábil dos investimentos:								
Saldo em 31 de dezembro de 2009	(23.252)	(802)	(54)	29	-	(43.008)	91.328	24.241
Aumento de capital	-	-	-	-	11	-	-	11
Resultado de equivalência patrimonial	1.263	140	123	23	-	(14.108)	(9.222)	(21.781)
Variação cambial dos investimentos	<u>2.016</u>	<u>83</u>	<u>(18)</u>	<u>(4)</u>	<u>-</u>	<u>2.671</u>	<u>(4.963)</u>	<u>(215)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>(19.973)</u>	<u>(579)</u>	<u>51</u>	<u>48</u>	<u>11</u>	<u>(54.445)</u>	<u>77.143</u>	<u>2.256</u>

## Informações adicionais sobre aquisições de controladas

### Alpargatas S.A.I.C. - Argentina

Em 30 de outubro de 2008, a Companhia tornou-se titular de 42.047.157 ações ordinárias, nominativas e com direito a um voto, representando 59,96% do capital social da Alpargatas S.A.I.C. - Argentina, passando, assim, a partir dessa data, a exercer o controle de suas operações, após a conclusão do processo de aquisição iniciado em 10 de outubro de 2007 com um pedido de registro de Oferta Pública de Ações - OPA, representando até 25,5% das ações da controlada.

Dando continuidade ao processo de aquisição, em 6 de outubro de 2009 a Companhia protocolou na Comisión Nacional de Valores - CNV da Argentina pedido de registro de oferta pública de aquisição voluntária de ações (OPA), para aquisição da totalidade de ações ordinárias escriturais e ações preferenciais da Alpargatas S.A.I.C. - Argentina em circulação, representada por 40,04% do capital social, pelo valor de AR\$3,40 por ação, a ser realizada exclusivamente na Bolsa de Comércio de Buenos Aires, Argentina.

Em 12 de março de 2010, ocorreu o encerramento da oferta pública para aquisição de ações da Alpargatas S.A.I.C. - Argentina. A Companhia adquiriu a quantidade de 7.265.327 ações, pelo valor de AR\$3,40 por ação. Essas ações, somadas às 42.047.157 ações de sua titularidade, perfizeram o total de 49.312.481 ações, representando 70,32% do capital total da Alpargatas S.A.I.C. - Argentina. Os valores do investimento e do deságio pagos nessa aquisição foram desdobrados contabilmente nos montantes de R\$12.916 e R\$1.624, respectivamente.

Em junho de 2010, a Companhia adquiriu 257.290 ações, pelo valor de AR\$3,33 por ação. Essas ações, somadas às 49.312.481 ações de sua titularidade, perfizeram o total de 49.569.771 ações, representando 70,69% do capital total da Alpargatas S.A.I.C. - Argentina. Os valores do investimento e do deságio pagos nessa aquisição foram desdobrados contabilmente nos montantes de R\$476 e R\$68, respectivamente.

O valor total das duas aquisições ocorridas em 2010 somou R\$13.392 de compra de participação minoritária e R\$1.692 de deságio.

Em continuidade ao processo de compra da participação minoritária, em abril de 2011, a Companhia adquiriu 11.483.857 ações, pelo valor de AR\$8,71 por ação. Essas ações, somadas às 49.569.771 ações de sua titularidade, perfizeram o total de 61.053.628 ações, representando 87,067% do capital total da Alpargatas S.A.I.C. - Argentina. Os valores do investimento e do ágio pagos nessa aquisição foram desdobrados contabilmente nos montantes de R\$20.242 e R\$18.999, respectivamente.

Ainda, em julho de 2011, a Companhia adquiriu mais 3.073.205 ações, pelo valor de US\$1,98 por ação. Essas ações, somadas às 61.053.628 ações de sua titularidade, perfizeram o total de 64.126.833 ações, representando 91,4502% do capital total da Alpargatas S.A.I.C. - Argentina. Os valores do investimento e do ágio pagos nessa aquisição foram desdobrados contabilmente nos montantes de R\$5.267 e R\$4.285, respectivamente.

O valor total das duas aquisições ocorridas em 2011 somou R\$25.509 de compra de participação minoritária e R\$23.284 de ágio.

Adicionalmente, dando continuidade ao processo de aquisição da integridade das ações em circulação da controlada, em 11 de outubro de 2011 a Companhia protocolou na Comisión Nacional de Valores - CNV da Argentina pedido de registro de oferta pública de aquisição voluntária de ações (OPA), para aquisição da totalidade de ações ordinárias escriturais e ações preferenciais da Alpargatas S.A.I.C. - Argentina em circulação, pelo valor de AR\$8,14 por ação. Entretanto, na data de divulgação das presentes demonstrações financeiras anuais, tal pedido ainda aguardava autorização da autoridade do mercado de capitais da Argentina.

#### CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias

Em 20 de setembro de 2007, a Companhia assinou um contrato de compra e venda de ações com a totalidade dos acionistas da CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias, proprietária da marca “Dupé”, entre outras.

Em novembro de 2007, a Companhia adquiriu, por R\$49.500, 100% das ações representativas do capital social da CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias, que tinha 21,89% do seu capital detido por pessoas físicas e 78,11% por empresa “holding”, denominada Atlântico Participações S.A.

Em 15 de abril de 2008, a Companhia incorporou a “holding” Atlântico Participações S.A., passando a deter diretamente os 100% de participação na CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias.

#### Grupo Tavex S.A.

Em 8 de maio de 2008, foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária da Grupo Tavex S.A. (atual denominação da antiga Tavex Algodonera S.A.), o aumento de seu capital, oriundo do aporte de capital de €\$5.166 mil. Como consequência desse fato, a Companhia, através de sua controlada Alpargatas Internacional APS - Dinamarca, teve sua participação no Grupo Tavex S.A. diluída de 20,504% para 18,687%.

Embora a Companhia detenha uma participação indireta de 18,687%, a Administração classifica o investimento como sendo uma coligada, para a qual é mantida influência nas decisões, através da manutenção de um assento no Conselho de Administração na Espanha. Assim sendo, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia vem avaliando o investimento de acordo com o método de equivalência patrimonial.

Em 13 de fevereiro de 2012, o acionista controlador, Camargo Correa S.A., divulgou fato relevante mencionando que havia recebido uma oferta indicativa não vinculante de um fundo de Private Equity para a venda do pacote das ações detidas no Grupo Tavex S.A., incluindo a participação detida pela Companhia no percentual de 18,687%, a um preço de 0,41 de Euro por ação. A referida transação não se concretizou.

Tendo em vista que esse investimento não se enquadra no conceito de disponível para venda, a Administração da Companhia, com base nos requerimentos do IAS 28 efetuou a avaliação do valor recuperável do referido investimento em 31 de dezembro de 2011, considerando o fluxo de caixa descontado das operações futuras da coligada, que levou em consideração os planos aprovados pelo Conselho da investida para os próximos cinco anos.

Os fluxos de caixa líquidos obtidos pelas projeções foram ajustados a valor presente e sujeitos a análise de sensibilidade com taxas de desconto entre 11 e 15%, e não foi identificada a necessidade de provisão para redução a valor recuperável considerando seu valor de uso.

## 15. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

### a) Imobilizado

Controladora							
	Taxa média ponderada anual de depreciação (%)	2011			2010		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	-	9.650	-	9.650	8.803	-	8.803
Edifícios e construções	4	117.913	(57.684)	60.229	117.526	(54.520)	63.006
Máquinas e equipamentos	8	198.976	(125.657)	73.319	190.288	(121.553)	68.735
Móveis e utensílios	10	21.879	(10.674)	11.205	19.895	(9.342)	10.553
Veículos	15	2.829	(1.878)	951	3.071	(2.052)	1.019
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	14.177	(8.766)	5.411	14.805	(7.290)	7.515
Projetos em andamento	-	44.686	-	44.686	11.879	-	11.879
Outros imobilizados	-	545	-	545	545	-	545
Provisão para perdas ("impairment")	-	(449)	-	(449)	(449)	-	(449)
Parcela de subvenção governamental a apropriar de terreno	-	(847)	-	(847)	-	-	-
Total		<u>409.359</u>	<u>(204.659)</u>	<u>204.700</u>	<u>366.363</u>	<u>(194.757)</u>	<u>171.606</u>

  

Consolidado							
	Taxa média ponderada anual de depreciação (%)	2011			2010		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	-	15.373	-	15.373	14.338	-	14.338
Edifícios e construções	4	283.519	(152.588)	130.931	269.756	(145.602)	124.154
Máquinas e equipamentos	8	520.881	(397.389)	123.492	511.902	(386.951)	124.951
Móveis e utensílios	10	80.165	(61.920)	18.245	73.452	(58.546)	14.906
Veículos	15	5.287	(3.946)	1.341	5.329	(4.029)	1.300
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	20.016	(12.586)	7.430	18.472	(10.013)	8.459
Projetos em andamento	-	56.034	-	56.034	21.034	-	21.034
Outros imobilizados	-	5.016	-	5.016	6.860	-	6.860
Provisão para perdas	-	(585)	-	(585)	(583)	-	(583)
Parcela de subvenção governamental a apropriar de terreno	-	(847)	-	(847)	-	-	-
Provisão para perda ("impairment")	-	(14.450)	-	(14.450)	(13.899)	-	(13.899)
Total		<u>970.409</u>	<u>(628.429)</u>	<u>341.980</u>	<u>906.661</u>	<u>(605.141)</u>	<u>301.520</u>

### Informações adicionais sobre o imobilizado

#### (i) Revisão da vida útil dos bens do ativo imobilizado

Durante o exercício de 2010, a Companhia e suas controladas efetuaram a primeira análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, requerida pela interpretação técnica ICPC 10, com efeitos registrados a partir de 1º de janeiro de 2010. Para o exercício de 2011, devido à ausência de alterações significativas nas condições de utilização dos bens do ativo imobilizado, a Administração da Companhia e de suas controladas não alterou a vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado.

(ii) Bens dados em garantia e penhora

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas possuíam bens do imobilizado dados como penhora e aval em operações de empréstimos e financiamentos bancários, bem como arrolados em defesa de processos judiciais, conforme demonstrado a seguir:

	<u>R\$</u>
Edifícios e construções	6.588
Máquinas e equipamentos	7.263
Outros	<u>179</u>
Total	<u>14.030</u>

(iii) Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

A Companhia e suas controladas avaliaram inicialmente a recuperação do valor do ativo imobilizado para o encerramento do exercício de 2008, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado para suas UGCs, exceto para a avaliação feita para o encerramento do exercício de 2009, conforme detalhes a seguir, para os demais exercícios incluindo 2011, através da análise de fatores internos e externos às operações das Empresas do Grupo, que indicassem a presença de indicativos de risco de realização; entretanto, nenhuma provisão foi registrada devido à ausência desses indicadores.

Para o exercício de 2009, a controlada Alpargatas S.A.I.C. - Argentina registrou provisão para perdas dos ativos relacionados à operação têxtil, cujo montante atualizado para 31 de dezembro de 2011 é de R\$14.450.

b) Intangível

Controladora							
Taxa anual de amortização (%)	2011			2010			
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido	
Com vida útil definida:							
Marcas, direitos e patentes	10	17.849	(17.652)	197	17.849	(17.652)	197
Sistemas de gestão empresarial (iv)	10	120.756	(45.696)	75.060	97.090	(32.395)	64.695
Carteiras de clientes (i)	20	27.311	(15.088)	12.223	27.311	(9.446)	17.865
Projetos em andamento	-	4.678	-	4.678	16.114	-	16.114
Sem vida útil definida-							
Cessão de direitos comerciais (iii)	-	<u>4.297</u>	<u>(234)</u>	<u>4.063</u>	<u>4.297</u>	<u>(194)</u>	<u>4.103</u>
Total		<u>174.891</u>	<u>(78.670)</u>	<u>96.221</u>	<u>162.661</u>	<u>(59.687)</u>	<u>102.974</u>

		Consolidado					
Taxa anual de amortização (%)		2011			2010		
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Com vida útil definida:							
Marcas, direitos e patentes	10	26.650	(17.652)	8.998	31.077	(21.530)	9.547
Sistemas de gestão empresarial (iv)	10	124.689	(47.941)	76.748	97.090	(32.395)	64.695
Carteiras de clientes (i)	20	32.326	(15.088)	17.238	27.311	(9.446)	17.865
Projetos em andamento	-	4.678	-	4.678	16.114	-	16.114
Sem vida útil definida:							
Ágio na aquisição de controladas (ii)	-	150.130	-	150.130	150.130	-	150.130
Cessão de direitos comerciais (iii)	-	5.840	(234)	5.606	4.297	(194)	4.103
Total		344.313	(80.915)	263.398	326.019	(63.565)	262.454

- (i) Refere-se aos valores pagos na aquisição das carteiras de clientes de ex-representantes comerciais da Companhia (que comercializavam substancialmente sandálias “Havaianas”) em determinados países da Europa, para os quais a Companhia passou a atuar através de suas controladas indiretas localizadas na Europa. Os custos estão sendo amortizados linearmente de acordo com o prazo do fluxo de caixa futuro estimado pela Administração da Companhia, de cinco anos. Em 31 de dezembro de 2011, devido a indicativos de que a Companhia obterá os benefícios futuros esperados, conforme projeções econômicas efetuadas pela Administração da Companhia, nenhuma provisão para desvalorização por “impairment” foi constituída sobre esses saldos.
- (ii) Vide composição na nota explicativa nº 14. Considerando as alterações contábeis promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, a partir de 1º de janeiro de 2009 o saldo do ágio existente em 31 de dezembro de 2008 deixou de ser amortizado, passando a ter sua realização testada anualmente por “impairment”. Nesse sentido, a partir de 1º de janeiro de 2009, o benefício fiscal do ágio na incorporação da ex-controlada Atlântico Participações S.A., demonstrado na nota explicativa nº 14, passou a ser aproveitado nas apurações mensais de imposto de renda e contribuição social com base no RTT, conforme disposições previstas na Lei nº 11.941/09, cujos efeitos estão demonstrados na nota explicativa nº 12.a).
- (iii) Refere-se substancialmente aos valores pagos na aquisição de direitos de uso dos pontos comerciais onde se localizam determinadas lojas “Timberland” e “Concept Havaianas”. Por tratar-se de ativos intangíveis, comercializáveis, eles não são amortizados, sendo submetidos a teste anual quanto à sua recuperação por “impairment”. Em 31 de dezembro de 2011, devido à ausência de indicativos de perda na realização, nenhuma provisão contábil foi constituída para os valores desses direitos.
- (iv) Refere-se aos gastos incorridos na aquisição, no desenvolvimento e na implementação de sistemas de gestão empresarial que estão sendo utilizados pela Companhia e por suas controladas. São representados substancialmente pelos sistemas SAP/R3, WMS e LINX e pelos custos incorridos no projeto de gestão da cadeia de valor. Os gastos estão sendo amortizados linearmente de acordo com o prazo de benefício futuro estimado pela Administração da Companhia, sendo de dez anos para o sistema de gestão SAP/R3 e de cinco anos para os demais sistemas. Em 31 de dezembro de 2011, devido a indicativos de que a Companhia obterá os benefícios futuros esperados por esses sistemas e projetos, nenhuma provisão para desvalorização por “impairment” foi constituída sobre esses saldos.

A despesa de amortização do intangível consolidada, estimada para os próximos exercícios, está assim representada:

2012	20.184
2013	19.781
2014	19.232
2015 em diante	<u>43.787</u>
Total	<u>102.984</u>



### Informações adicionais sobre o intangível

(i) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos registrados ao resultado do exercício	<u>14.408</u>	<u>9.651</u>

(ii) Teste de redução ao valor recuperável do ágio

A Companhia avaliou em 31 de dezembro de 2011 a recuperação do valor dos ágios com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado para as UGCs. O processo de estimativa do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa da Companhia aprovada pelo Conselho de Administração. O teste de recuperação do ativo da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas por redução do valor recuperável.

O valor recuperável das UGCs foi apurado com base no valor em uso, utilizando o fluxo de caixa com base nas projeções financeiras aprovadas pela Administração para o quinquênio a uma taxa média de desconto após impostos de 12,41% ao ano. Os fluxos de caixa, para além do quinquênio, foram extrapolados utilizando uma taxa de crescimento anual fixa de 4%, a qual não excede o crescimento do Produto Interno Bruto - PIB e/ou de mercado, esperado. A Administração acredita que eventuais alterações adicionais nas principais premissas sobre as quais os valores recuperáveis foram baseados não fariam com que o seu valor contábil ultrapassasse o valor recuperável. As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso das UGCs foram as seguintes: (1) crescimento da receita líquida com foco na expansão geográfica; (2) expansão operacional; e (3) lançamento de produtos com maior valor agregado. A expansão geográfica está nos mercados interno e global, com potencial de crescimento ainda pouco explorado. A margem bruta projetada reflete o crescimento de vendas, expansão da linha “Brand Extention”, franquias, produtos com maior valor agregado e melhorias na eficiência operacional.

A metodologia aplicada para determinar o valor da UGC é o fluxo de caixa descontado (“discounted cash flow”), que consiste na determinação dos fluxos de caixa livres em um período, em virtude:

- Do resultado operacional.
- Do retorno do resultado operacional da depreciação/amortização sobre o ativo imobilizado/intangível, apropriada ao resultado do exercício.
- Da necessidade líquida de capital de giro incremental, determinada em virtude do ciclo financeiro da Companhia.

Os saldos dos fluxos de caixa por exercício são calculados a valor presente, descontados através da aplicação de uma taxa que determina o Custo Médio Ponderado de Capital (“Weighted Average Cost of Capital - WACC”). Essa taxa considera

diversos componentes do financiamento, dívida e capital próprio, utilizados pela Companhia para financiar suas operações. O custo do capital próprio da Companhia foi calculado pelo método “Capital Asset Pricing Model - CAPM”.

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2011 para as UGCs são conforme segue:

#### UGC - Brasil

Resultado operacional R\$ (milhões) (1)	684,1
Perpetuidade (2)	4,0%
Taxa de desconto WACC (3)	12,4%

#### UGC - Argentina

Resultado operacional R\$ (milhões) (1)	113,9
Perpetuidade (2)	7,3%
Taxa de desconto WACC (3)	20,6%

1. Resultado operacional, médio do período de cinco anos.
2. Taxa de crescimento do fluxo de caixa na perpetuidade.
3. Taxa de desconto calculada antes dos impostos.

A Administração estimou o resultado operacional orçado com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor. As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas antes dos impostos e refletem os riscos específicos em relação aos segmentos operacionais em que cada UGC está inserida.

#### c) Movimentação

<u>Imobilizado</u>	Controladora					
	2010	Adições (iii)	Transferências (i)	Depreciações	Baixas	2011
Terrenos	8.803	-	847	-	-	9.650
Edifícios e construções	63.006	-	1.438	(3.306)	(909)	60.229
Máquinas e equipamentos	68.735	-	18.876	(13.444)	(848)	73.319
Móveis e utensílios	10.553	-	2.524	(1.752)	(120)	11.205
Veículos	1.019	-	126	(137)	(57)	951
Benfeitorias em imóveis de terceiros	7.515	-	-	(1.826)	(278)	5.411
Projetos em andamento	11.879	55.115	(22.308)	-	-	44.686
Outros imobilizados	545	-	-	-	-	545
Provisão para perdas (“impairment”)	(449)	-	-	-	-	(449)
Parcela de subvenção governamental a apropriar de terreno	-	-	(847)	-	-	(847)
Total	<u>171.606</u>	<u>55.115</u>	<u>656</u>	<u>(20.465)</u>	<u>(2.212)</u>	<u>204.700</u>

<u>Intangível</u>	Controladora					2011
	2010	Adições	Transferências (i)	Amortizações	Baixas	
Com vida útil definida:						
Marcas, direitos e patentes	197	-	-	-	-	197
Sistemas de gestão empresarial	64.695	-	23.368	(12.970)	(33)	75.060
Carteiras de clientes	17.865	-	1	(5.641)	-	12.223
Projetos em andamento	16.114	12.599	(24.035)	-	-	4.678
Sem vida útil definida-						
Cessão de direitos comerciais	4.103	-	10	-	(52)	4.063
Total	<u>102.974</u>	<u>12.599</u>	<u>(656)</u>	<u>(18.611)</u>	<u>(85)</u>	<u>96.221</u>
Total	<u>274.580</u>	<u>67.714</u>	<u>-</u>	<u>(39.076)</u>	<u>(2.297)</u>	<u>300.921</u>

<u>Imobilizado</u>	Consolidado						2011
	2010	Adições (iii)	Transferências (i)	Depreciações	Baixas	Variação cambial (ii)	
Terrenos	14.338	-	847	-	-	188	15.373
Edifícios e construções	124.154	2.974	9.068	(7.128)	(912)	2.775	130.931
Máquinas e equipamentos	124.951	4.872	13.505	(19.778)	(987)	929	123.492
Móveis e utensílios	14.906	4.628	2.550	(3.794)	(158)	113	18.245
Veículos	1.300	189	124	(228)	(57)	13	1.341
Benfeitoria em imóveis de terceiros	8.459	2.439	208	(2.923)	(337)	(416)	7.430
Projetos em andamento	21.034	59.406	(24.739)	-	-	333	56.034
Outros imobilizados	6.860	-	(1.563)	-	-	(281)	5.016
Provisão para perdas ("impairment")	(14.482)	-	(2)	-	-	(551)	(15.035)
Parcela de subvenção governamental a apropriar de terreno	-	-	(847)	-	-	-	(847)
Total	<u>301.520</u>	<u>74.508</u>	<u>(849)</u>	<u>(33.851)</u>	<u>(2.451)</u>	<u>3.103</u>	<u>341.980</u>

<u>Intangível</u>	Consolidado						2011
	2010	Adições	Transferências (i)	Amortizações	Baixas	Variação cambial (ii)	
Com vida útil definida:							
Marcas, direitos e patentes	9.547	-	-	-	-	(549)	8.998
Sistemas de gestão empresarial	64.695	2.360	23.330	(14.543)	(205)	1.111	76.748
Carteiras de clientes	17.865	5.014	-	(5.641)	-	-	17.238
Projetos em andamento	16.114	12.599	(24.035)	-	-	-	4.678
Sem vida útil definida:							
Ágio na aquisição de controladas	150.130	-	-	-	-	-	150.130
Cessão de direitos comerciais	4.103	-	1.554	-	(51)	-	5.606
Total	<u>262.454</u>	<u>19.973</u>	<u>849</u>	<u>(20.184)</u>	<u>(256)</u>	<u>562</u>	<u>263.398</u>
Total	<u>563.974</u>	<u>94.481</u>	<u>-</u>	<u>(54.035)</u>	<u>(2.707)</u>	<u>3.665</u>	<u>605.378</u>

- (i) Transferências correspondem às movimentações dos ativos entre a rubrica "Projetos em andamento" para as correspondentes contas definitivas dos grupos "Imobilizado" e "Intangível", quando do encerramento dos projetos.
- (ii) Variação cambial decorrente da conversão das demonstrações financeiras das controladas no exterior.
- (iii) As adições registradas na rubrica "Projetos em andamento" referem-se substancialmente aos projetos: (1) de construção da nova fábrica de sandálias na cidade de Montes Claros - MG, com investimento de R\$13.400; (2) benfeitorias no novo edifício sede da Companhia na cidade de São Paulo - SP, com investimento de aproximadamente R\$2.400; e (3) diversas melhorias e expansão do processo fabril, com investimentos de aproximadamente R\$14.200.

## 16. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Nacionais	177.612	132.858	194.580	144.331
Estrangeiros	<u>40.961</u>	<u>25.517</u>	<u>102.570</u>	<u>68.446</u>
Total	<u>218.573</u>	<u>158.375</u>	<u>297.150</u>	<u>212.777</u>

O saldo de fornecedores estrangeiros refere-se, em sua maioria, a valores denominados em dólares norte-americanos.

## 17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moeda	Indexador e taxa anual de juros	Controladora		Consolidado	
			<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Denominados em reais:						
FNE (BNB) (a)		8,42%	57.424	71.487	57.424	71.487
Finame		6,53%	8.321	3.972	8.321	3.972
Finem (BNDES) (b)		Cesta de moedas e TJLP +				
		8,52%	8.245	12.609	8.245	12.609
Exim (BNDES) (c)		7%	-	110.870	-	110.870
Cessão de crédito de recebíveis (d)		11,95%	42.947	20.863	42.947	20.863
Finem Automático (BNDES) - CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias		TJLP + 2,8% e cesta de moedas + 2,3%	-	-	369	951
Total em reais			<u>116.937</u>	<u>219.801</u>	<u>117.306</u>	<u>220.752</u>
Denominados em moeda estrangeira:						
Finimp - Financiamento de Importação (e)	US\$	2,77%	4.794	-	4.794	-
“Working capital” - Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos (f)	US\$	1,85%	-	-	82.616	56.964
“Working capital” - Alpargatas International APS - Dinamarca (f)	€	3,69%	-	-	17.131	15.643
“Working capital” - Alpargatas Chile Ltda. Chile (f)	CLP	6,2%	-	-	-	971
Arrendamentos mercantis financeiros - Alpargatas S.A.I.C. - Argentina (g)	AR\$	22,69%	-	-	194	486
“Working capital” - Alpargatas S.A.I.C. - Argentina (f)	AR\$	16,91%	-	-	13.850	1.142
Adiantamento de Contratos de Câmbio - ACC/pré-pagamento - CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias	US\$	-	-	-	42	2
Total em moeda estrangeira			<u>4.794</u>	<u>-</u>	<u>118.627</u>	<u>75.208</u>
Total geral			<u>121.731</u>	<u>219.801</u>	<u>235.933</u>	<u>295.960</u>
Passivo circulante			67.824	150.770	180.077	226.371
Passivo não circulante			53.907	69.031	55.856	69.589

(a) Em 23 de fevereiro de 2006, a Companhia assinou contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil - BNB, no limite de R\$112.000, destinado a apoiar programas de investimentos na Região Nordeste. O financiamento está sendo amortizado mensalmente, a partir de 2008, com previsão de liquidação em dez anos. A liberação das parcelas foi vinculada ao cronograma de desembolso dos investimentos. A garantia está suportada por carta de fiança bancária.

(b) Em outubro de 2007, a Companhia assinou, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, contrato de financiamento de R\$22.180 para suportar o projeto de implantação do sistema corporativo integrado de gestão. O financiamento está sendo amortizado em parcelas mensais desde novembro de 2008, com liquidação integral prevista para outubro de 2013. A garantia está suportada por carta de fiança bancária.

- (c) Em agosto de 2008, a Companhia recebeu o crédito de R\$79.800 referente ao financiamento da linha do BNDES-EXIM Pré-Embarque assinado com os Bancos Bradesco e Unibanco, amortizado em cinco parcelas, com vencimentos entre setembro de 2009 e janeiro de 2010. Em outubro de 2010, recebeu um crédito adicional no valor de R\$110.500, com contratos firmados com os Bancos Alfa e Bradesco, tendo a liquidação, em uma única parcela, ocorrida em dezembro de 2011.
- (d) Em outubro de 2010, a Companhia assinou com o Banco Santander convênio de cessão de crédito. O prazo médio das operações é de 90 dias. As cessões são amortizadas ao Santander de acordo com os recebimentos dos títulos dos clientes.
- (e) Em setembro de 2011, a Companhia assinou contratos de financiamento de importações na modalidade Finimp com o Banco Itaú BBA. O prazo das operações é de 180 dias e está garantido por nota promissória emitida pela Companhia.
- (f) Os empréstimos e financiamentos captados pelas controladas no exterior são garantidos por avais da Companhia, de acordo com limites aprovados pelo Conselho de Administração. Os prazos de vencimento para essas operações variam de 180 a 360 dias.

Os demais empréstimos estão garantidos por notas promissórias e alienação fiduciária de bens da Companhia e de suas controladas.

- (g) Em 31 de dezembro de 2011, o montante total do valor futuro das contraprestações das operações de arrendamento mercantil em aberto totalizava R\$263, sendo a diferença entre o valor do tipo financeiro presente registrado no consolidado na referida data-base correspondente aos encargos financeiros, os quais serão registrados ao resultado do exercício de acordo com o prazo residual dos contratos em aberto, conforme o regime de competência. Vide detalhes a seguir:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento:		
Menos de um ano	215	405
Mais de um ano e menos de cinco anos	<u>48</u>	<u>172</u>
	263	577
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	<u>(38)</u>	<u>(91)</u>
Obrigações de arrendamento financeiro - saldo contábil	<u>225</u>	<u>486</u>

Os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante estão demonstrados como segue:

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
2012	-	19.302	-	19.841
2013	19.326	18.494	21.266	18.513
2014	15.323	14.534	15.332	14.534
2015	15.324	14.534	15.324	14.534
2016	2.454	1.664	2.454	1.664
2017	1.187	445	1.187	445
2018	264	29	264	29
2019	<u>29</u>	<u>29</u>	<u>29</u>	<u>29</u>
Total	<u>53.907</u>	<u>69.031</u>	<u>55.856</u>	<u>69.589</u>

#### Cláusulas restritivas de contratos

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, os contratos de empréstimos e financiamentos mantidos pela Companhia e por suas controladas não continham cláusulas restritivas que estabeleçam obrigações quanto à manutenção de índices financeiros.

## 18. OBRIGAÇÕES RENEGOCIADAS DE CONTROLADAS

Em 26 de setembro de 2001, a controlada Alpargatas S.A.I.C. - Argentina solicitou a abertura de processo preventivo de obrigações negociadas com os credores, tendo sido tal decisão sido ratificada pela Assembleia Geral de Acionistas realizada em 1º de março de 2002 e o deferimento pelo Tribunal Comercial competente, em 7 de março de 2002.

Em dezembro de 2005, esse mesmo Tribunal Comercial, atendendo à solicitação da Administração da controlada, emitiu decisão tornando conhecida a existência de um pré-acordo com os credores e, em 15 de setembro de 2006, após o cumprimento de determinadas obrigações legais anteriormente impostas, a controlada deu início à implementação do acordo de reestruturação de suas dívidas com os credores.

Os valores estão divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas na rubrica “Obrigações renegociadas de controladas”, no passivo circulante e no não circulante, pelos montantes de R\$14.758 e R\$63.537, em 31 de dezembro de 2011 (R\$13.367 e R\$63.403 em 31 de dezembro de 2010), os quais estão sendo demonstrados líquidos dos ajustes a valor presente, nos montantes de R\$53.630 e R\$55.926, respectivamente, em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

O ajuste a valor presente vem sendo calculado considerando como taxa a diferença entre a taxa básica de juros da economia argentina e a taxa prefixada para atualização dos passivos, conforme estabelecido de acordo com os termos das obrigações negociadas. Em 31 de dezembro de 2011, a taxa média de desconto praticada para o ajuste a valor presente era de 15% ao ano.

Os efeitos decorrentes da reversão líquida do ajuste a valor presente estão sendo registrados na rubrica “Despesas financeiras” no consolidado e totalizaram R\$4.185 no resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (R\$2.483 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010).

O passivo total está sujeito a juros anuais entre 1% e 3% e possui prazos de vencimentos entre 15 e 25 anos, com carência de 6 a 10 anos, a partir da data em que os acordos foram celebrados.

Em 31 de dezembro de 2011, as reversões previstas para os próximos exercícios referentes ao ajuste a valor presente são demonstradas como segue:

	<u>R\$</u>
2012	4.497
2013	4.415
2014	4.315
2015 em diante	<u>40.403</u>
Total	<u>53.630</u>

Os vencimentos previstos para a parcela registrada no passivo não circulante estão demonstrados como segue:

	<u>R\$</u>
2013	4.415
2014	4.315
2015 em diante	<u>54.807</u>
Total	<u>63.537</u>

#### 19. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	1.383	3.555	1.595	3.555
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.145	2.409	1.554	5.060
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	212	523	212	752
Imposto de renda e contribuição social	-	-	4.192	5.494
Alpargatas S.A.I.C. - Argentina:				
Imposto de renda	-	-	2.553	2.687
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA	-	-	2.193	1.363
Outros impostos	-	-	1.266	1.123
Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha - Imposto sobre Valor Adicionado - IVA	-	-	306	262
Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos - Imposto sobre Valor Adicionado - IVA	-	-	14	10
Impostos retidos na fonte e outros	<u>1.387</u>	<u>754</u>	<u>1.630</u>	<u>1.808</u>
Total	<u>4.127</u>	<u>7.241</u>	<u>15.515</u>	<u>22.114</u>

#### 20. PROVISÕES E OUTRAS OBRIGAÇÕES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
“Royalties” a pagar	13.448	5.945	13.448	5.945
Provisão para fretes a pagar	8.467	12.078	9.138	12.805
Compromissos com encerramento de acordos comerciais	-	-	7.676	-
Outras contas a pagar (comissões, serviços de terceiros, concessionárias e outras)	<u>5.192</u>	<u>4.358</u>	<u>17.361</u>	<u>16.079</u>
Total	<u>27.107</u>	<u>22.381</u>	<u>47.623</u>	<u>34.829</u>

## 21. PARTES RELACIONADAS

### a) Saldos com partes relacionadas

<u>Ativo e (passivo) não circulante</u>	<u>Controladora</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>
CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias	1.445	(525)
Alpargatas Internacional APS - Dinamarca	(18)	(14)
Alpargatas Imobiliária S.A.	19	(6.832)
Fibrasil Agrícola e Comercial Ltda.	<u>2</u>	<u>(2.104)</u>
Total	<u>1.448</u>	<u>(9.475)</u>

O saldo é representado por conta-corrente entre a Companhia e suas controladas, devido à administração centralizada das disponibilidades, não havendo incidência de encargos financeiros.

### b) Saldos a receber e a pagar decorrentes de transações com partes relacionadas

	<u>Controladora</u>		<u>Controladora e consolidado</u>	
	<u>Contas a receber</u>		<u>Contas a pagar</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos (ii)	8.808	4.007	-	-
Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha (ii)	8.814	9.979	-	-
Alpargatas S.A.I.C. - Argentina	1.755	-	-	-
Grupo Camargo Corrêa (iii)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>794</u>	<u>318</u>
Total	<u>19.377</u>	<u>13.986</u>	<u>794</u>	<u>318</u>

### c) Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar

<u>Controladora e consolidado</u>	
<u>2011</u>	<u>2010</u>
<u>843</u>	<u>495</u>



d) Transações com partes relacionadas

As transações efetuadas com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Venda de produtos/serviços		Compra de produtos/serviços	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Alpargatas S.A. (i)	39.458	35.827	18.582	21.034
Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos	-	-	10.091	9.278
Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha	-	-	27.751	26.550
Alpargatas S.A.I.C. - Argentina	-	-	1.616	-
CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias	2.806	1.098	-	-
Locomotiva Indústria e Comércio de Têxteis Industriais Ltda.	-	1.070	-	-
Grupo Camargo Corrêa:				
Aluguéis e condomínio	2.109	2.276	-	-
Serviços compartilhados - CSC (iv)	12.250	12.471	-	-
Projetos corporativos	1.345	3.909	-	-
Outras	<u>72</u>	<u>211</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>58.040</u>	<u>56.862</u>	<u>58.040</u>	<u>56.862</u>

- (i) Compreendem substancialmente as vendas de sandálias da marca “Havaianas” para as controladas localizadas nos Estados Unidos e na Europa, devido ao modelo das operações e ao formato do canal de distribuição definido para as operações internacionais da Companhia, no qual os produtos são manufaturados no Brasil e posteriormente vendidos para as controladas no exterior, onde são revendidos.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia não registrou nenhuma baixa ou provisão para créditos de liquidação duvidosa referente aos saldos a receber de suas controladas no exterior.

- (ii) Contas a receber pelas vendas dos produtos descritos no item (i), cujos recebimentos ocorrerão entre janeiro e junho de 2012.
- (iii) Contas a pagar pela prestação dos serviços descritos no item (iv).
- (iv) Compreendem custos com serviços corporativos compartilhados, tais como de telefonia, de seguros, administrativos e de tecnologia da informação, cuja prestação está celebrada em contrato com o Centro de Soluções Compartilhadas do Grupo Camargo Corrêa.

Em 31 de dezembro de 2011, exceto pelos avais e pelas garantias concedidos para suportar as operações de empréstimos e financiamentos, conforme mencionado na nota explicativa nº 17, a Companhia e suas controladas não haviam concedido outros avais e garantias para partes relacionadas.

e) Remuneração dos administradores

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração e Fiscal, o presidente e os diretores estatutários.

A remuneração total dos administradores está assim composta:

	2011				
	Remuneração			Outorga de opções	
	Fixa	Variável (i)	Total	Saldo das opções (quantidade) (ii)	Preço médio de exercício - R\$ (iii)
Conselhos de Administração e Fiscal	2.731	-	2.731	-	-
Diretores estatutários	<u>4.206</u>	<u>5.230</u>	<u>9.436</u>	<u>5.093.220</u>	5,75
Total	<u>6.937</u>	<u>5.230</u>	<u>12.167</u>	<u>5.093.220</u>	

  

	2010				
	Remuneração			Outorga de opções	
	Fixa	Variável (i)	Total	Saldo das opções (quantidade) (ii)	Preço médio de exercício - R\$ (iii)
Conselhos de Administração e Fiscal	1.915	-	1.915	-	-
Diretores estatutários	<u>3.269</u>	<u>3.900</u>	<u>7.169</u>	<u>5.252.900</u>	3,84
Total	<u>5.184</u>	<u>3.900</u>	<u>9.084</u>	<u>5.252.900</u>	

- (i) Refere-se à participação nos resultados registrados no exercício. Os valores contemplam eventuais complementos e/ou reversões à provisão efetuada no exercício anterior, em virtude da apuração final das metas estabelecidas aos diretores estatutários.
- (ii) Refere-se ao saldo das opções maduras (“vested”) e não maduras (“non-vested”), não exercidas, na data do balanço.
- (iii) Refere-se ao preço médio ponderado de exercício da opção à época dos planos de outorga, atualizado monetariamente até a data do balanço.

Conforme detalhes descritos na nota explicativa nº 28, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foi reconhecida uma despesa referente aos planos de outorga de opções de R\$1.551 e exercidas 1.908.060 opções a preço médio de R\$2,90 (R\$1.085 e exercidas 230.340 opções ao preço médio de R\$3,34 no exercício findo em 31 de dezembro de 2010).

Em adição à remuneração dos administradores, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia efetuou contribuições ao plano de previdência privada no montante de R\$305 (R\$259 em 31 de dezembro de 2010) em nome dos diretores estatutários.

A remuneração global anual para os administradores fixada para o exercício de 2011 na Assembleia Geral Ordinária de 26 de abril de 2011 foi de R\$14.124.

## 22. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia e suas controladas possuem processos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes de autuações por parte das autoridades fiscais, de reclamações de terceiros e ex-funcionários ou de ações e questionamentos. Para essas contingências foram constituídas provisões, quando, na opinião da Administração e de seus assessores jurídicos, o risco de eventual perda foi considerado como provável. Essas provisões estão assim apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Reclamações trabalhistas (a)	17.663	15.339	24.449	23.818
Processos tributários (b)	9.056	13.438	13.255	16.983
Depósitos judiciais	(4.179)	(3.880)	(4.179)	(3.880)
Processos cíveis	<u>3.108</u>	<u>2.155</u>	<u>4.156</u>	<u>2.710</u>
Total	<u>25.648</u>	<u>27.052</u>	<u>37.681</u>	<u>39.631</u>
Parcela do circulante	7.183	4.859	11.436	8.847
Parcela do não circulante	18.465	22.193	26.245	30.784

- (a) Referem-se às ações movidas contra a Companhia e suas controladas por ex-funcionários e colaboradores, cujos pedidos são basicamente de pagamentos de verbas rescisórias, adicionais salariais, horas extras e verbas entendidas como devidas em razão de responsabilidade subsidiária. Os valores provisionados referem-se às melhores estimativas apuradas para cada processo como perda efetiva.
- (b) Consistem basicamente em: (i) auto de infração referente à COFINS do período de julho e setembro a dezembro de 1992 emitido contra a Companhia, em que se discute diferenças não tributadas, cujo montante atualizado para 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 3.844; e (ii) discussão quanto à cobrança da diferença do Fator Acidentário de Prevenção - FAP e Seguro de Acidente do Trabalho - SAT, no montante total de R\$5.106, em que a Companhia discute a cobrança pela alíquota máxima da indústria. O processo encontra-se pendente de decisão de segunda instância na esfera judicial.

#### Movimentação

	Controladora				
	<u>Trabalhistas</u>	<u>Tributários</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Depósitos judiciais</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	15.339	13.438	2.155	(3.880)	27.052
Complementos (reversões)	9.690	(418)	953	(299)	9.926
Transferências para parcelamento de tributos - Lei nº 11.941/09	-	(1.671)	-	-	(1.671)
Pagamentos	<u>(7.366)</u>	<u>(2.293)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(9.659)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>17.663</u>	<u>9.056</u>	<u>3.108</u>	<u>(4.179)</u>	<u>25.648</u>
	Consolidado				
	<u>Trabalhistas</u>	<u>Tributários</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Depósitos judiciais</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	23.818	16.983	2.710	(3.880)	39.631
Complementos (reversões)	9.882	23	1.169	(299)	10.775
Transferências para parcelamento de tributos - Lei nº 11.941/09	-	(1.671)	-	-	(1.671)
Pagamentos/Variação cambial	<u>(9.251)</u>	<u>(2.081)</u>	<u>278</u>	<u>-</u>	<u>(11.054)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>24.449</u>	<u>13.254</u>	<u>4.157</u>	<u>(4.179)</u>	<u>37.681</u>

### Perdas possíveis

A Companhia e suas controladas possuem ações em andamento de natureza tributária e cível que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados como possível. As contingências passivas estão assim representadas:

	Controladora e consolidado	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Tributárias:		
Auto de infração - IRRF (a)	8.439	8.050
IRPJ e CSLL	3.781	3.581
IPI (b)	91.668	3.762
Outras	<u>783</u>	<u>419</u>
Total	<u>104.671</u>	<u>15.812</u>
Cíveis (ações indenizatórias)	<u>5.655</u>	<u>6.321</u>

- (a) Auto de infração visando à cobrança de IRRF, compensado com créditos de IRPJ.
- (b) Autos de infração relativos à não homologação de compensação de créditos de IPI na aquisição de insumos isentos da ex-controlada Locomotiva da Amazônia Indústria e Comércio de Têxteis Industriais Ltda., correspondentes ao período de julho de 2004 a junho de 2008. Os autos de infração encontram-se em fase de defesa administrativa e tiveram o risco de perda classificado pelos advogados da Companhia como possível.

Adicionalmente, em dezembro de 2005 foi movido processo cível contra a Companhia por uma empresa detentora de determinada marca esportiva, cujo objeto da causa se referia a perdas e danos por supostos descumprimentos no contrato de licenciamento, o qual foi destrutado em anos anteriores. Na opinião dos advogados da Companhia, a probabilidade de perda foi considerada possível e o valor envolvido ainda não pôde ser apurado, não sendo reconhecida nenhuma provisão para fazer face a essa contingência. Em fevereiro de 2007, houve decisão favorável à Companhia determinando a extinção do processo. Essa sentença está sujeita a um recurso que será julgado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo em data ainda não definida.

### Parcelamento de débito tributário instituído pela Lei nº 11.941/09

Em 28 de maio de 2009, o Governo Federal publicou a Lei nº 11.941, resultado da conversão da Medida Provisória nº 449/08, a qual, entre outras alterações na legislação tributária, trouxe a opção para um novo parcelamento de débitos tributários administrados pela Receita Federal do Brasil, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e de débitos para com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, incluindo o saldo remanescente dos débitos consolidados no Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (Lei nº 9.964/00), no Parcelamento Especial - PAES (Lei nº 10.684/03) e no Parcelamento Excepcional - PAEX (Medida Provisória nº 303/06), além dos parcelamentos convencionais previstos no artigo 38 da Lei nº 8.212/91 e no artigo 10 da Lei nº 10.522/02.

As empresas que optaram pelo pagamento ou parcelamento dos débitos nos termos dessa Lei poderão liquidar, nos casos aplicáveis, os valores correspondentes à multa, de mora ou de ofício, e os juros moratórios, inclusive relativos a débitos inscritos em Dívida Ativa, com a

utilização de prejuízo fiscal relativo ao cálculo do imposto de renda e de base de cálculo negativa da contribuição social próprios, e terão benefícios de redução de multas, juros e encargos legais, cujos percentuais de redução dependem da opção do prazo de pagamento escolhida.

Na adesão ao parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09, em 30 de novembro de 2009, a Companhia inscreveu um débito fiscal no INSS no montante atualizado em 30 de junho de 2011 de R\$1.671.

Conforme as regras definidas, para o cumprimento da primeira etapa dos parcelamentos, após ter protocolado petição na Justiça oficializando a desistência da ação judicial cujo tributo está sendo objeto de parcelamento, a Companhia aderiu ao parcelamento, escolhendo a modalidade correspondente e indicando a natureza genérica do débito fiscal, para o qual foi feito o correspondente pagamento da prestação inicial, conforme as regras definidas na Portaria Conjunta da Secretaria da Receita Federal e PGFN.

Em 30 de junho de 2011, foi concluído o processo de consolidação dos débitos fiscais perante a Receita Federal do Brasil e PGFN, passando a Companhia, a partir dessa data, a recolher mensalmente as parcelas devidas em 40 meses a partir de 30 de junho de 2011, referente ao montante total de R\$1.671.

Em 30 de setembro de 2011 a Companhia optou por antecipar algumas parcelas do parcelamento no montante total de R\$1.486. De acordo com as atuais regras do parcelamento não é possível mais fazer antecipações. A Companhia aguarda a disponibilização de ferramentas por parte da Receita Federal do Brasil e PGFN que permitam a realização da quitação do referido parcelamento. Até lá, a Companhia continuará recolhendo mensalmente a parcela mínima no valor de R\$100,00.

#### Ativos contingentes

A Companhia possui ainda os seguintes processos ativos relevantes:

- Crédito prêmio de IPI - a Companhia pleiteia na justiça o crédito prêmio de IPI, incentivo fiscal à exportação criado pelo Decreto-lei nº 491/69, concedido às empresas fabricantes e exportadoras de produtos manufaturados no período de 1979 a 1990. O questionamento divide-se em três fases: fase I (de 7 de dezembro de 1979 a 31 de março de 1981), fase II (de 1º de abril de 1981 a 30 de abril de 1985) e fase III (de 1º de maio de 1985 a 5 de outubro de 1990). Em razão do trânsito em julgado favorável do processo referente à discussão dos valores referente à fase II, a Companhia registrou um ativo no montante de R\$14.519 atualizado em 31 de dezembro de 2001, registrado na rubrica “Outros créditos” no ativo circulante. Os valores referentes às fases I e II encontram-se em apuração por parte da Companhia.
- Tributação de PIS e COFINS Zona Franca de Manaus - a Companhia questiona judicialmente a incidência do PIS e da COFINS nas vendas realizadas à Zona Franca de Manaus no período de 1998 a 2004. Em julho de 2003 a Companhia obteve medida liminar e passou a usufruí-la, suspendendo o recolhimento dos valores questionados até julho de 2004 e constituindo o passivo de exigibilidade suspensa, cujos valores em 31 de dezembro de 2011 totalizam R\$3.028 (nota explicativa nº 23).

- Seguro de Acidente do Trabalho - SAT - a Companhia questiona judicialmente a aplicação diferenciada das alíquotas do SAT, por estabelecimento, segundo o grau de risco. No período de dezembro de 2002 a maio de 2011, a Companhia depositou em juízo os valores questionados. Os depósitos judiciais registrados totalizam R\$3.905 em 31 de dezembro de 2011.

Embora a classificação de ganho sobre esses processos seja dada pelos advogados da Companhia como provável, tais ativos contingentes não foram registrados nas demonstrações financeiras, uma vez que ainda não tiveram trânsito em julgado definitivo em favor da Companhia, conforme requerido pelas práticas contábeis.

## 23. TRIBUTOS COM EXIGIBILIDADE SUSPensa

	Controladora e consolidado	
	2011	2010
PIS/COFINS - Lei nº 9.718/98	30.008	28.429
Depósitos judiciais	(30.008)	(28.429)
Total	(a) <u>-</u>	<u>-</u>
COFINS - exclusão do ICMS da base de cálculo	83.484	56.972
Depósitos judiciais	(10.106)	(9.101)
Total	(b) <u>73.378</u>	<u>47.871</u>
IRPJ e CSLL - prejuízo fiscal	-	34.849
Depósitos judiciais	-	(6.277)
Total	(c) <u>-</u>	<u>28.572</u>
IRPJ - exclusão da CSLL da base de cálculo do IRPJ	(d) 6.906	3.830
Provisão para IRPJ (outras contingências)	2.803	2.803
PIS e COFINS - Zona Franca de Manaus e outros	<u>3.567</u>	<u>3.329</u>
Total - controladora	<u>86.654</u>	<u>86.405</u>
Parcelamentos - PIS e COFINS (CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias)	(e) -	1.699
Alpargatas S.A.I.C. - Argentina	<u>126</u>	<u>2.516</u>
Total - consolidado	<u>86.780</u>	<u>90.620</u>

### (a) COFINS - Lei nº 9.718/98

Em 8 de março de 1999, a Companhia obteve liminar para a ação ordinária que discute a inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/98 e da Emenda Constitucional nº 20, mais especificamente no aumento da alíquota da COFINS em 1% e no alargamento da base de cálculo da COFINS e do PIS. Essa liminar assegurou o recolhimento dessas contribuições nos moldes da legislação vigente até janeiro de 1999.

A partir daquela data, os valores dessas contribuições apurados nos períodos em questionamento foram registrados no passivo como tributos com exigibilidade suspensa e passaram a ser mantidos atualizados monetariamente pela taxa SELIC, cujos efeitos de atualização monetária foram registrados na rubrica “Despesas financeiras” no resultado do exercício. De setembro de 2002 a janeiro de 2004, a Companhia depositou em juízo o valor em discussão.

Em março de 2006, após decisão adversa proferida pelo Supremo Tribunal Federal - STF sobre o recurso extraordinário da ação referente ao aumento de alíquota da COFINS em 1%, a Companhia decidiu pelo pagamento do montante apurado nos períodos de: (i) março de 1999 a agosto de 2002; e (ii) fevereiro de 2004 a março de 2006, no montante total de R\$43.041. Tal decisão foi tomada sem que houvesse prejuízo da continuidade da discussão judicial referente ao período de setembro de 2002 a janeiro de 2004, tendo a Companhia passado a efetuar os pagamentos das apurações mensais a partir de abril de 2006, cujo valor registrado como tributo com exigibilidade suspensa e depósito judicial totalizava R\$28.804, atualizados monetariamente.

A Lei nº 11.941/09, revogou o parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, que tratava do alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS, fato que fortaleceu a tese questionada pela Companhia. Com essa alteração, considerando a decisão do STF, o IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil editou o Comunicado Técnico - CT nº 05/09, o qual possibilitou a reversão, por parte das empresas, da parcela do PIS e da COFINS referente ao alargamento da base de cálculo. Em 30 de junho de 2009, a Companhia reverteu a parcela correspondente a esse passivo com exigibilidade suspensa, no montante total de R\$12.401.

Portanto, os valores registrados em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 referem-se unicamente à parcela relativa à majoração da alíquota da COFINS em 1%, para a qual, em agosto de 2009, o STF julgou desfavoravelmente a tese defendida pela Companhia. A ação da Companhia em 31 de dezembro de 2011 ainda aguarda julgamento; porém, tendo em vista o julgamento da tese, terá desfecho desfavorável, quando os valores depositados judicialmente serão convertidos em renda da União.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, os valores provisionados, bem como os depósitos judiciais, estão atualizados monetariamente pela taxa SELIC.

(b) COFINS - exclusão do ICMS da base de cálculo do tributo

A Companhia questiona judicialmente, desde 1993, a inclusão do ICMS na base de cálculo da COFINS, e no período de maio de 1993 a fevereiro de 1996 foram efetuados depósitos judiciais.

A partir de junho de 2008, a Companhia passou a valer-se do efeito suspensivo obtido em Medida Cautelar no STF para continuar excluindo o ICMS da base de cálculo da COFINS, entretanto, a partir daquela data, sem mais a necessidade de efetuar depósitos judiciais. Apesar disso, tais valores vêm sendo registrados como passivo com exigibilidade suspensa.

Em 31 de dezembro de 2011, o processo aguarda julgamento no STF, fazendo com que a Companhia mantenha os valores do passivo e dos depósitos judiciais, naquela data e em 31 de dezembro de 2010, atualizados monetariamente pela taxa SELIC.

(c) IRPJ e CSLL - prejuízo fiscal

A Companhia questionava a compensação da totalidade do imposto de renda e da contribuição social devidos em cada exercício com os créditos decorrentes dos prejuízos fiscais e das bases negativas de contribuição social, sem observância do limite legal de 30%. Em consequência, a Companhia mantinha destacada no passivo não circulante parcela excedente aos 30% legais de imposto devido que foi compensada, acrescida dos encargos financeiros, com base na taxa SELIC.

Em virtude desse questionamento, o crédito fiscal diferido foi constituído sobre os prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social, caso tivesse sido observado o limite legal de 30% para a compensação.

Parcelamentos de débitos tributários instituídos pela Lei nº 11.941/09

Em razão da adesão ao parcelamento federal instituído pela Lei nº 11.941/09, em 30 de novembro de 2009 a Companhia desistiu formalmente da ação judicial que mantinha para a discussão dos valores, tendo complementado o montante do passivo pelo valor de R\$14.264, incluindo processos anteriormente classificados pelos assessores jurídicos da Companhia como perda remota.

Ao mesmo tempo, reconheceu para o encerramento do exercício de 2009 o montante de R\$11.234, relativo a imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre o prejuízo fiscal em questão, o qual foi realizado dentro do próprio exercício de 2009.

Em 30 de junho de 2011, foi concluído o processo de consolidação dos débitos fiscais perante a Receita Federal do Brasil e PGFN, passando a Companhia, a partir dessa data, a recolher mensalmente as parcelas devidas do referido parcelamento. O valor total de R\$29.478 foi reclassificado para a rubrica “Parcelamento de tributos - Lei nº 11.941/09”, sendo desse saldo R\$8.581 no passivo circulante e R\$20.897 no passivo não circulante.

Em 30 de setembro de 2011, a Companhia optou por antecipar algumas parcelas do parcelamento, no montante total de R\$25.508, remanescendo naquela data o saldo de R\$7.151, que, líquido de depósito judicial, totalizava R\$875, registrado na rubrica “Parcelamento de tributos - Lei nº 11.941/09”.

De acordo com as atuais regras do parcelamento, não é possível mais fazer antecipações. A Companhia aguarda a disponibilização de ferramentas por parte da Receita Federal do Brasil e PGFN que permitam a realização da quitação do referido parcelamento. Até lá, a Companhia continuará recolhendo mensalmente a parcela mínima no valor de R\$100,00.

(d) IRPJ - exclusão da CSLL da base de cálculo do IRPJ

A Companhia possui ação judicial pleiteando a exclusão da CSLL da base de cálculo do IRPJ por entender que ela não se insere no fato gerador desse imposto. Em julho de 2009, a Companhia obteve sentença favorável através de medida liminar, passando a excluir a CSLL da base de cálculo do IRPJ, bem como passando a registrar esses valores como tributo com exigibilidade suspensa.

Em 31 de dezembro de 2011, o processo aguarda julgamento no STF, fazendo com que a Companhia mantenha os valores do passivo, naquela data e em 31 de dezembro de 2010, atualizados monetariamente pela taxa SELIC.



(e) Parcelamentos - COFINS e PIS

Em 31 de julho de 2003 e 29 de setembro de 2006, a controlada CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias aderiu aos programas de PAES e PAEX, respectivamente, beneficiando-se para pagamento da COFINS e do PIS referente ao período de janeiro de 2003 a julho de 2004, através do parcelamento em 120 meses.

Parcelamentos de débitos tributários instituídos pela Lei nº 11.941/09 e Medida Provisória nº 470/09

A fim de aproveitar os benefícios da nova sistemática de parcelamento instituída pela Lei nº 11.941/09, uma vez que as empresas que optaram pelo pagamento ou parcelamento dos débitos nos termos dessa Lei poderão liquidar, nos casos aplicáveis, os valores correspondentes à multa, de mora ou de ofício, e a juros moratórios, inclusive relativos a débitos inscritos em Dívida Ativa, com a utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social próprios, e terão benefícios de redução de multas, juros e encargos legais, cujos percentuais de redução dependem da opção do prazo de pagamento escolhida, a controlada CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias optou por aderir ao novo parcelamento, incluindo os débitos então inscritos no PAES e PAEX, registrando a baixa dos montantes de multa e juros moratórios no montante de R\$4.566.

O parcelamento foi deferido pela Receita Federal do Brasil em 12 de dezembro de 2009, estando em processo de consolidação dos débitos de PIS e COFINS.

Em 30 de setembro de 2011, a Companhia optou por quitar o saldo remanescente do parcelamento, no montante total naquela data de R\$648.

Movimentação dos tributos com exigibilidade suspensa - controladora

	<u>2010</u>	<u>Atualizações</u>	<u>Complementos</u>	<u>Reclassificações</u>	<u>2011</u>
PIS/COFINS	28.429	1.579	-	-	30.008
Depósitos judiciais	<u>(28.429)</u>	<u>(1.579)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(30.008)</u>
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
COFINS - ICMS	56.972	6.732	19.780	-	83.484
Depósitos judiciais	<u>(9.101)</u>	<u>(1.005)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(10.106)</u>
Total	<u>47.871</u>	<u>5.727</u>	<u>19.780</u>	<u>-</u>	<u>73.378</u>
IRPJ e CSLL - prejuízo fiscal	34.849	1.622	-	(36.471)	-
Depósitos judiciais	<u>(6.277)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.277</u>	<u>-</u>
Total	<u>28.572</u>	<u>1.622</u>	<u>-</u>	<u>(30.194)</u>	<u>-</u>
IRPJ - exclusão da CSLL da base de cálculo do IRPJ	3.830	396	2.680	-	6.906
Provisão para IRPJ (outras contingências)	2.803	-	-	-	2.803
Outros	<u>3.329</u>	<u>201</u>	<u>37</u>	<u>-</u>	<u>3.567</u>
Total	<u>86.405</u>	<u>7.946</u>	<u>22.497</u>	<u>(30.194)</u>	<u>86.654</u>

## 24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2011, o capital integralizado é R\$518.922 (R\$441.171 em 31 de dezembro de 2010), após aumento com a integralização da reserva de lucros no montante de R\$77.751, ocorrida em 26 de abril de 2011.

Em 24 de fevereiro de 2010, a Companhia efetuou o desdobramento de suas ações ordinárias e preferenciais na proporção de 1:20, pelo qual o número total de ações passou a ser representado por 353.455.880 ações escriturais sem valor nominal, sendo 181.524.080 ordinárias e 171.931.800 preferenciais.

Esse desdobramento visou beneficiar os investidores, pois adequou o valor das ações aos patamares ideais de mercado, possibilitando a criação de um lote-padrão de negociação (100 ações) mais acessível, aumentando assim a liquidez das ações.

Com a alteração do estatuto social, o limite autorizado para aumento do capital social passou para 363.048.160 ações preferenciais, sendo o Conselho de Administração o órgão competente para determinar as condições aplicáveis às emissões de ações, com base no capital autorizado, como também a aplicabilidade ou não do direito de preferência dos atuais acionistas, nos termos do artigo 172 da Lei nº 10.303/01.

O capital subscrito e integralizado apresenta a seguinte composição acionária:

Em 31 de dezembro de 2011:

<u>Acionistas</u>	<u>Ações ordinárias</u>		<u>Ações preferenciais</u>		<u>Total</u>	
	<u>Quantidade</u>	<u>%</u>	<u>Quantidade</u>	<u>%</u>	<u>Quantidade</u>	<u>%</u>
Controladores (Grupo Camargo Corrêa)	121.597.580	66,99	34.356.940	19,98	155.954.520	44,12
Conselho de Administração	35.963.700	19,81	7.199.980	4,19	43.163.680	12,21
Conselho Fiscal	22.000	0,01	202.000	0,12	224.000	0,06
Demais acionistas	<u>23.940.800</u>	<u>13,19</u>	<u>130.172.880</u>	<u>75,71</u>	<u>154.113.680</u>	<u>43,61</u>
Total	<u>181.524.080</u>	<u>100,00</u>	<u>171.931.800</u>	<u>100,00</u>	<u>353.455.880</u>	<u>100,00</u>

Em 31 de dezembro de 2010:

<u>Acionistas</u>	<u>Ações ordinárias</u>		<u>Ações preferenciais</u>		<u>Total</u>	
	<u>Quantidade</u>	<u>%</u>	<u>Quantidade</u>	<u>%</u>	<u>Quantidade</u>	<u>%</u>
Controladores (Grupo Camargo Corrêa)	121.597.580	66,99	34.356.940	19,98	155.954.520	44,12
Conselho de Administração	35.951.900	19,81	7.329.980	4,26	43.281.880	12,25
Conselho Fiscal	22.000	0,01	182.000	0,11	204.000	0,06
Demais acionistas	<u>23.952.600</u>	<u>13,19</u>	<u>130.062.880</u>	<u>75,65</u>	<u>154.015.480</u>	<u>43,57</u>
Total	<u>181.524.080</u>	<u>100,00</u>	<u>171.931.800</u>	<u>100,00</u>	<u>353.455.880</u>	<u>100,00</u>

### b) Plano de recompra de ações

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 9 de dezembro de 2011, foi deliberado o plano para recompra de até 8.664.266 ações preferenciais e até 5.992.650 ações ordinárias. A autorização vigorará pelo prazo máximo de 361 dias e terminará no dia

12 de dezembro de 2012. A Companhia não adquiriu ações preferenciais nem ações ordinárias de sua própria emissão no último programa autorizado em 11 de dezembro de 2009, que compreendia o período de 15 de dezembro de 2009 a 10 de dezembro de 2010.

O plano foi aprovado para suportar os exercícios de opções de ações da Companhia, conforme detalhes divulgados na nota explicativa nº 28.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a rubrica “Ações em tesouraria” registrou a seguinte movimentação:

	<u>Quantidade</u>	<u>Custo médio - R\$</u>
Em 31 de dezembro de 2009	254.661	111,23
(+) Efeito do desdobramento de ações realizado em 24 de fevereiro de 2010	<u>4.838.559</u>	
Saldo após o desdobramento das ações	5.093.220	5,59
Alienadas (*)	(548.500)	2,25
Aquisições (*)	<u>548.500</u>	<u>8,20</u>
Em 31 de dezembro de 2010	5.093.220	5,75
Alienadas (*)	1.908.060	4,84
Aquisições (*)	<u>(1.908.060)</u>	<u>11,57</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>5.093.220</u>	<u>7,88</u>

(\*) Alienações e aquisições no âmbito dos planos de outorga de opções de ações.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, calculado nos termos da lei societária e do estatuto.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram declarados pela Administração juros sobre o capital próprio no montante bruto de R\$78.600 (R\$70.080, líquido do IRRF), conforme demonstrado a seguir:

	<u>R\$</u>
1º trimestre	19.500
2º trimestre	20.000
3º trimestre	20.600
4º trimestre	<u>18.500</u>
Total	<u>78.600</u>

A seguir está detalhada a distribuição dos dividendos e dos juros sobre o capital próprio propostos pela Administração:

	Por ação - R\$ (bruto)			
	2011		2010	
	<u>Preferenciais</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Ordinárias</u>
Juros sobre o capital próprio	0,2368	0,2153	0,1911	0,1737
Dividendos	-	-	0,0727	0,0661

Em 26 de abril de 2011, a Assembleia Geral Ordinária aprovou a proposta para pagamento de dividendos, no montante de R\$24.150, referente às reservas de retenção de lucros constituídas no exercício de 2005. Tais dividendos foram pagos em 2 de maio de 2011.

d) **Ágio (deságio) na venda de ações em tesouraria**

Refere-se ao ágio ou deságio gerado na venda de ações em tesouraria principalmente decorrente do exercício das opções dos planos de outorga descritos na nota explicativa nº 28.

e) **Reserva de incentivos fiscais**

A partir de 1º de janeiro de 2008, os incentivos fiscais passaram a ser registrados diretamente no resultado, sendo posteriormente, quando do encerramento das demonstrações financeiras anuais, constituídos como “Reserva de incentivos fiscais” no grupo “Reservas de lucros”.

## 25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O pronunciamento técnico CPC 22/IFRS 08 - Informações por Segmento requer que os segmentos sejam reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos e revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. O principal tomador de decisões operacionais da Companhia é representado pelo Diretor Presidente.

Embora a Companhia possua uma estrutura de gestão matricial em que as receitas de vendas são analisadas pelo principal tomador de decisões em diversos níveis, pois os produtos produzidos e comercializados pela Companhia e suas controladas são divididos entre diversas marcas entre calçados, artigos esportivos, sandálias e vestuário, as operações são geridas por segmentação geográfica com a seguinte segregação: (a) operações nacionais: desempenho da Companhia e de suas controladas no Brasil; e (b) operações internacionais: desempenho das controladas na Argentina e desempenho consolidado das controladas nos Estados Unidos e na Europa, bem como das exportações diretas e da Tavex Corporation S.A., empresa na qual a Companhia detém 18,687% de participação.

A receita líquida por segmento está representada da seguinte forma no exercício findo em 31 de dezembro de 2011:

- Operações nacionais:
  - Brasil: 72,1%.

- Operações internacionais:

- Argentina: 18,5%.
- Europa, Estados Unidos e exportações: 9,4%.

As políticas contábeis de cada segmento são as mesmas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia. O desempenho dos segmentos foi avaliado com base nas receitas operacionais líquidas, no lucro líquido e no capital empregado (ativos totais menos passivo circulante e passivo não circulante) em cada segmento. Essa base de mensuração inclui os efeitos financeiros, o imposto de renda, a contribuição social, a depreciação e a amortização e são consistentes com os registros das demonstrações financeiras consolidadas.

As informações estão demonstradas a seguir:

Contas de resultado	2011					
	Receita operacional líquida	Lucro líquido (prejuízo)	Depreciação e amortização	Resultado financeiro	Variação cambial líquida	Imposto de renda e contribuição social
Operações nacionais-Brasil	1.858.837	289.787	(41.087)	54.906	(4.414)	(26.319)
Operações internacionais:						
Argentina	477.502	7.106	(9.245)	(23.832)	1.000	(5.922)
Europa, Estados Unidos e exportações	238.361	16.184	(3.703)	(1.458)	2.847	444
Grupo Tavex S.A.	-	(5.657)	-	-	-	-
Participação dos acionistas não controladores	-	1.647	-	-	-	-
Consolidado	<u>2.574.700</u>	<u>309.067</u>	<u>(54.035)</u>	<u>29.616</u>	<u>(567)</u>	<u>(31.797)</u>
Contas de resultado	2010					
	Receita operacional líquida	Lucro líquido (prejuízo)	Depreciação e amortização	Resultado financeiro	Variação cambial líquida	Imposto de renda e contribuição social
Operações nacionais-Brasil	1.614.548	282.134	(36.769)	31.166	1.186	(18.094)
Operações internacionais:						
Argentina	411.163	13.946	(11.120)	(22.414)	619	(8.682)
Europa, Estados Unidos e exportações	206.164	19.483	(2.882)	(2.124)	525	804
Grupo Tavex S.A.	-	(9.222)	-	-	-	-
Participação dos acionistas não controladores	-	4.111	-	-	-	-
Consolidado	<u>2.231.875</u>	<u>310.452</u>	<u>(50.771)</u>	<u>6.628</u>	<u>2.330</u>	<u>(25.972)</u>

A tabela a seguir apresenta os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2011 e de 2010:

	2011			2010		
	Ativo total	Passivos circulante e não circulante	Adição ativo imobilizado e intangível	Ativo total	Passivos circulante e não circulante	Adição ativo imobilizado e intangível
<u>Contas patrimoniais</u>						
Operações nacionais-Brasil	1.871.511	565.591	71.214	1.777.867	665.840	31.475
Operações internacionais:						
Brasil - exportações	43.055	5.631	-	44.594	1.466	-
Argentina	384.469	242.114	13.930	306.188	205.151	15.014
Europa e Estados Unidos	69.252	139.359	9.337	51.743	96.482	2.588
Grupo Tavex S.A.	<u>74.267</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>77.143</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Consolidado	<u>2.442.554</u>	<u>952.695</u>	<u>94.481</u>	<u>2.257.535</u>	<u>968.939</u>	<u>49.077</u>

A Companhia possui uma carteira de clientes pulverizada e nenhum cliente individualmente contribuiu com mais de 6% para as receitas de vendas.

A receita operacional líquida consolidada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 por divisão é assim composta: sandálias: R\$1.405.895, artigos esportivos: R\$843.667, varejo: R\$262.249 e outras: R\$62.889 (R\$1.204.818, R\$723.455, R\$205.196 e R\$98.406, respectivamente, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010).

## 26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Receita operacional bruta:				
Mercado interno	2.113.904	1.791.008	2.249.812	1.949.048
Mercado externo	<u>144.371</u>	<u>128.884</u>	<u>848.225</u>	<u>719.322</u>
	2.258.275	1.919.892	3.098.037	2.668.370
Devoluções e cancelamentos	(49.893)	(32.139)	(81.671)	(52.721)
Impostos incidentes sobre as vendas	<u>(317.255)</u>	<u>(245.005)</u>	<u>(441.666)</u>	<u>(383.774)</u>
Total	<u>1.891.127</u>	<u>1.642.748</u>	<u>2.574.700</u>	<u>2.231.875</u>

## 27. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base na sua função. As informações das despesas por natureza são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Custo das mercadorias e dos produtos vendidos:				
Matéria-prima	614.208	566.221	807.208	716.650
Salários, encargos e benefícios	213.019	166.266	361.828	289.439
Outros custos	<u>159.410</u>	<u>113.723</u>	<u>251.736</u>	<u>207.694</u>
Total	<u>986.637</u>	<u>846.210</u>	<u>1.420.772</u>	<u>1.213.783</u>

	Controladora		Consolidado	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Despesas com vendas:				
Salários, encargos e benefícios	74.449	65.154	113.715	99.617
Fretes	65.868	58.035	84.922	73.743
Propaganda e publicidade	194.622	169.390	240.146	205.755
Comissões	17.229	15.998	27.972	22.794
“Royalties”	23.239	14.525	24.525	16.629
Embalagem coletiva	8.806	-	8.806	-
Serviços de terceiros	25.512	12.679	37.861	21.546
Aluguéis	12.012	11.099	18.677	15.835
Viagens	5.166	4.569	8.673	7.683
Armazenagem	3.236	2.681	15.126	11.399
Seguro de transporte	4.908	3.642	6.948	5.268
Outras	<u>57.674</u>	<u>43.132</u>	<u>75.867</u>	<u>59.134</u>
Total	<u>492.721</u>	<u>400.904</u>	<u>663.238</u>	<u>539.403</u>
Despesas gerais e administrativas:				
Salários, encargos e benefícios	61.159	51.748	73.274	63.761
Serviços de terceiros	36.193	28.367	41.168	31.656
Outras	<u>14.764</u>	<u>12.107</u>	<u>17.585</u>	<u>15.890</u>
Total	<u>112.169</u>	<u>92.222</u>	<u>132.027</u>	<u>111.307</u>

## 28. PROGRAMAS DE OUTORGA - OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES

A Companhia concede opções de compra de ações preferenciais a alguns de seus executivos, por meio de programas aprovados pelas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 26 de abril de 2002, 26 de outubro de 2006 e 29 de abril de 2011, com o objetivo de retê-los e incentivá-los a contribuir em prol dos interesses e objetivos da Companhia e de seus acionistas.

As informações referentes ao plano de 2011, que historicamente seriam outorgadas em 1º de julho de 2011, foram registradas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 com base em informações estimadas, uma vez que a outorga ainda será submetida à aprovação do Conselho de Administração em 2012.

### Critérios gerais dos programas de outorga

Para os programas de 2002, 2003, 2004 e 2005, a carência para o exercício das opções é de dois anos, com “vesting” de 20% no segundo ano, 20% no terceiro ano, 20% no quarto ano e 40% no quinto ano após a outorga, com prazo máximo de até dez anos para exercício das opções outorgadas.

Para os programas de 2006 a 2009, a carência para o exercício das opções passou a ser de três anos, com “vesting” de 30% no terceiro ano, com janela de exercício de dois meses, 30% no quarto ano, com janela de exercício de dois meses, e 40% no quinto ano, com prazo máximo de cinco anos e dois meses para exercício das opções outorgadas. Para esses programas, o exercício das opções é condicional ao alcance de condições de desempenho com base em indicadores de resultados preestabelecidos.

Para o programa de 2010, a carência para o exercício das opções continuou a mesma que nos programas de 2006 a 2009, porém o prazo máximo para exercício das opções outorgadas passou a ser diferente para cada “tranche”, sendo de três anos após o vencimento de cada período de carência. Para esse programa, o exercício das opções é também condicional ao alcance de condições de desempenho com base em indicadores de resultados preestabelecidos.

Os critérios para determinação dos preços iniciais para exercício das opções outorgadas nos termos dos planos correspondem a:

- a) Programas de 2002 a 2005 - preço inicial de exercício equivalente à média ponderada por volume de negociações das cotações de fechamento das ações preferenciais da Companhia negociadas na BM&FBOVESPA nos 60 pregões anteriores à data de aprovação de cada programa anual. O índice de reajuste do preço de exercício é o Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M.
- b) Programas de 2006 a 2009 - preço inicial de exercício equivalente à média ponderada por volume de negociações das cotações de fechamento das ações preferenciais da Companhia na BM&FBOVESPA nos 60 pregões anteriores a 31 de maio do ano da outorga. O índice de reajuste do preço de exercício é o IPCA.
- c) Programa de 2010 - preço de exercício equivalente à média ponderada por volume de negociações das cotações de fechamento das ações preferenciais da Companhia na BM&FBOVESPA nos 60 pregões anteriores a 31 de maio do ano da outorga. Esse preço de exercício não é reajustado com nenhum índice.

#### Evolução dos planos de opção de compra de ações entre 2010 e 2011

	2011		2010	
	Número de opções	Preço de exercício médio ponderado - R\$	Número de opções	Preço de exercício médio ponderado - R\$
Opções em circulação no início do exercício	5.252.900	3,84	5.366.280	3,22
Opções outorgadas	566.617	11,13	631.000	6,21
Opções exercidas	(1.908.060)	2,90	(548.500)	2,25
Opções canceladas	(73.000)	0,12	(195.880)	3,58
Opções em circulação no fim do exercício	<u>3.838.457</u>	<u>5,55</u>	<u>5.252.900</u>	3,84

As opções de compra de ações em circulação têm as seguintes características:

	Opções em circulação			
	Opções não exercidas no fim do exercício	Vida remanescente contratual (meses)	Faixa de preço de exercício - R\$	Opções exercíveis no fim do exercício
31 de dezembro de 2011	3.838.457	52	1,60-11,13	1.280.840
31 de dezembro de 2010	5.252.900	43	1,05-8,61	2.594.760



O detalhe das características das opções de compra de ações em circulação, por plano, é apresentado a seguir:

<u>Data do plano (outorga)</u>	2011			Opções exercíveis no fim do exercício
	Opções não exercidas no fim do exercício	Vida remanescente contratual (meses)	Preço de exercício - R\$	
1º de julho de 2004	71.200	33	1,60	71.200
1º de julho de 2005	889.240	2	2,27	889.240
1º de julho de 2007	258.400	8	9,17	200.400
1º de julho de 2008	435.000	20	6,32	120.000
1º de julho de 2009	1.060.000	32	4,05	-
1º de julho de 2010	558.000	78	6,21	-
1º de julho de 2011	<u>566.617</u>	<u>90</u>	<u>11,13</u>	<u>-</u>
Total	<u>3.838.457</u>	<u>52</u>	<u>1,60-11,13</u>	<u>1.280.840</u>

<u>Data da outorga</u>	2010			Opções exercíveis no fim do exercício
	Opções não exercidas no fim do exercício	Vida remanescente contratual (meses)	Preço de exercício - R\$	
1º de julho de 2002	178.000	18	1,05	178.000
1º de julho de 2003	363.600	30	1,20	363.600
1º de julho de 2004	808.200	42	1,52	808.200
1º de julho de 2005	889.240	54	2,16	889.240
1º de julho de 2006	432.860	8	5,88	244.720
1º de julho de 2007	280.000	20	8,61	111.000
1º de julho de 2008	550.000	32	5,93	-
1º de julho de 2009	1.120.000	44	3,80	-
1º de julho de 2010	<u>631.000</u>	<u>90</u>	<u>6,21</u>	<u>-</u>
Total	<u>5.252.900</u>	<u>43</u>	<u>1,05-8,61</u>	<u>2.594.760</u>

A despesa contábil registrada na conta de resultados relativa aos planos de outorga de opções de compra de ações foi de R\$1.551 no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (R\$1.085 no exercício findo em 31 de dezembro de 2010). Para o cálculo da despesa, foi utilizada uma probabilidade de alcance das condições de “performance” de 100% (para as outorgas 2006-2011) e uma taxa esperada de cancelamento das opções de 0%.

As condições de “performance” não foram refletidas no valor justo, pois são baseadas em indicadores de resultados internos. A hipótese de volatilidade esperada foi determinada com base na volatilidade histórica em um período de cinco anos anteriores à data da outorga e os exercícios antecipados foram refletidos utilizando-se um modelo de avaliação binomial do tipo “Hull-White” com um gatilho para exercício voluntário de 150% do preço de exercício.

O valor justo das opções referentes ao plano de 2011 foi estimado utilizando-se o modelo de avaliação “Binomial”, utilizando as seguintes premissas:

	<u>Valores expressos</u>
Preço da ação - R\$	12,10
Preço de exercício - R\$	11,13
Volatilidade esperada	37,00%
Dividendos esperados	2,75%
Taxa livre de risco (taxa nominal)	12,50%
Taxa de rotatividade (“post-vesting”)	10,00%
Valor justo - R\$	5,40

A seguir são demonstrados os efeitos simulados decorrentes do:

- a) Cenário I: exercício das opções outorgadas até 31 de dezembro de 2011.
- b) Cenário II: exercício de todas as opções passíveis de serem outorgadas no âmbito do programa de outorga de opções.

Para ambos os cenários foi considerada a hipótese na qual todas as opções eram exercíveis em 31 de dezembro de 2011, considerando o valor do patrimônio líquido da controladora na referida data-base.

	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>
Preço de exercício médio ponderado - R\$	5,55	5,55
Número de ações preferenciais do capital social	171.931.800	171.931.800
Número de ações preferenciais do capital social em circulação	166.838.580	166.838.580
Número de ações a serem adquiridas com exercício das opções	3.838.457	12.000.000
Valor patrimonial contábil por ação em circulação - R\$	4,24	4,24
Valor patrimonial contábil por ação considerando o exercício das opções - R\$	4,15	3,94
Diluição do valor patrimonial por ação - R\$	0,09	0,30
Diluição percentual - %	2,17	7,61

## 29. BENEFÍCIOS A COLABORADORES

A Companhia e suas controladas patrocinam dois planos de complementação de benefícios de aposentadoria, além de conceder, por intermédio de um plano próprio de aposentadoria, benefícios de renda vitalícia e assistência médica para um grupo determinado de ex-funcionários e seus respectivos cônjuges. O passivo atuarial referente a esses planos, reconhecidos em 31 de dezembro de 2011, é de R\$1.973 (R\$2.330 em 31 de dezembro de 2010), o qual se encontra registrado na rubrica “Outras obrigações”, no passivo não circulante. Os planos de complementação de benefícios estão representados por:

- a) Plano de aposentadoria - SPASAPREV

Implantado em maio de 1991 e estruturado na modalidade de “benefício definido”, totalmente custeado por contribuições da patrocinadora. Em agosto de 2000, foi criado o plano “Super Prev”, estruturado na modalidade de “contribuição definida”, para o qual já migraram funcionários equivalentes a 99% das reservas necessárias.

Os valores atuariais são:

	<u>2011</u>
Valor presente da obrigação atuarial	(29.877)
Valor justo dos ativos do plano	38.913
Ganho atuarial não reconhecido	<u>(6.216)</u>
Ativo líquido total (*)	<u>2.820</u>

(\*) Esse ativo não foi reconhecido nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2011 devido a necessidade de manutenção do superávit atuarial para cobertura de futuras oscilações de risco do plano.

As premissas adotadas pelo atuário independente nos cálculos de obrigação atuarial para o exercício de 2011 foram as seguintes:

Taxa de desconto financeiro	10,4%
Inflação de longo prazo	4,6%
Tábua de mortalidade geral	AT-2000

b) Plano de pensão - HSBC

Destinado a um grupo fechado de ex-funcionários da Companhia, utilizando um fundo multipatrocinado de previdência complementar como veículo financeiro. Esse plano abrange apenas participantes em fase de recebimento de benefícios de aposentadoria e pensão por morte.

Os valores atuariais são:

	<u>2011</u>
Valor presente da obrigação atuarial	(497)
Valor justo dos ativos do plano	3.802
Ganho atuarial não reconhecido	<u>(142)</u>
Ativo líquido total (*)	<u>3.163</u>

(\*) Esse ativo não foi reconhecido nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2011 por não haver evidência de reembolso ou abatimentos de contribuições futuras.

As premissas adotadas pelo atuário independente nos cálculos de obrigação atuarial para o exercício de 2011 foram as seguintes:

Taxa de desconto financeiro	10,4%
Inflação de longo prazo	4,6%
Tábua de mortalidade geral	AT-2000

c) Plano próprio de aposentadoria para ex-funcionários

A Companhia patrocina um plano próprio de aposentadoria para ex-funcionários, o qual concede o benefício de uma renda vitalícia aos participantes, extensiva ao cônjuge nos casos de falecimento.

Atualmente, abrange seis participantes, sendo cinco ex-funcionários recebendo uma renda de aposentadoria e um pensionista recebendo renda de pensão por morte.

Os valores atuariais são:

	<u>2011</u>
Valor presente da obrigação atuarial	(1.312)
Perda atuarial não reconhecida	<u>345</u>
Passivo total reconhecido em 31 de dezembro de 2011	<u>(967)</u>

As premissas adotadas pelo atuário independente nos cálculos de obrigação atuarial para o exercício de 2011 foram as seguintes:

Taxa de desconto financeiro	10,4%
Inflação de longo prazo	4,6%
Tábua de mortalidade geral	AT-2000

d) Plano de assistência médica para aposentados

A Companhia mantém um plano de assistência médica para um grupo determinado de ex-funcionários e seus respectivos cônjuges, conforme regras por ela estipuladas.

Os valores atuariais são:

	<u>2011</u>
Valor presente da obrigação atuarial	(1.305)
Ganho atuarial não reconhecido	<u>299</u>
Passivo total reconhecido em 31 de dezembro de 2011	<u>(1.006)</u>

As premissas adotadas pelo atuário independente nos cálculos de obrigação atuarial para o exercício de 2011 foram as seguintes:

Taxa de desconto financeiro	10,4%
Inflação de longo prazo	4,6%
Tábua de mortalidade geral	AT-2000

30. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS, LÍQUIDAS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	70.585	42.968	72.868	43.590
Juros ativos	2.495	2.023	2.629	2.439
Outras	<u>4.203</u>	<u>3.420</u>	<u>5.333</u>	<u>3.878</u>
Total	<u>77.283</u>	<u>48.411</u>	<u>80.830</u>	<u>49.907</u>

	Controladora		Consolidado	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Despesas financeiras:				
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos	(13.947)	(9.871)	(16.906)	(12.324)
Juros e encargos sobre obrigações negociadas de controlada	-	-	(10.691)	(13.288)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(406)	(229)	(406)	(229)
Imposto sobre operações bancárias - Alpargatas S.A.I.C. - Argentina	-	-	(6.884)	(5.627)
Atualização monetária sobre impostos	(6.350)	(4.522)	(6.351)	(4.546)
Outras	<u>(4.927)</u>	<u>(2.997)</u>	<u>(9.976)</u>	<u>(7.265)</u>
Total	<u>(25.630)</u>	<u>(17.619)</u>	<u>(51.214)</u>	<u>(43.279)</u>

### 31. VARIAÇÃO CAMBIAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Variação cambial ativa	11.543	6.648	10.811	7.629
Variação cambial passiva	<u>(12.466)</u>	<u>(6.916)</u>	<u>(11.378)</u>	<u>(5.299)</u>
Total	<u><u>(923)</u></u>	<u><u>(268)</u></u>	<u><u>(567)</u></u>	<u><u>2.330</u></u>

### 32. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Outras receitas operacionais:				
Resultado na venda de controlada	-	2.005	-	2.005
Resultado na venda de imobilizado	-	1.546	-	14.305
Ganho com processos judiciais transitados em julgado (a)	-	4.125	-	4.125
Crédito tributário Alpargatas S.A.I.C. - Argentina	-	-	-	4.927
Crédito Eletrobrás (b)	19.765	-	19.765	-
Crédito tributário CBS S.A. - Companhia Brasileira de Sandálias homologado por ação judicial transitada em julgado	-	-	2.158	-
Outras	<u>2.474</u>	<u>-</u>	<u>5.784</u>	<u>-</u>
	<u><u>22.239</u></u>	<u><u>7.676</u></u>	<u><u>27.707</u></u>	<u><u>25.362</u></u>

	Controladora		Consolidado	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Outras despesas operacionais:				
Amortização de intangível	(18.611)	(15.471)	(20.184)	(16.821)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 22)	(10.225)	(15.010)	(11.074)	(16.419)
Resultado na baixa de imobilizado	-	(2.161)	-	(2.161)
Encerramento de acordos comerciais	-	-	(7.676)	-
Outras	(15.919)	(12.579)	(17.797)	(14.812)
Outras despesas operacionais	(44.755)	(45.221)	(56.731)	(50.213)
Outras despesas operacionais, líquidas	(22.516)	(37.545)	(29.024)	(24.851)

- (a) Refere-se a ganho judicial de ação movida contra o INSS por majoração de alíquota referente ao período-base setembro de 1989 no montante de R\$4.403, sendo R\$4.125 líquidos de honorários advocatícios de R\$276.
- (b) Trata-se de ação judicial movida pela Companhia visando receber a devolução dos empréstimos compulsórios efetuados para a Eletrobrás com correção monetária integral e juros sobre o valor do principal. O Superior Tribunal de Justiça - STJ pacificou o assunto de forma favorável aos contribuintes quando do julgamento dos RESP nº 1003955 e RESP nº 1028592, realizado sob o rito de recursos repetitivos, nos termos do artigo 543-C do Código de Processo Civil, estabelecendo esse desfecho para todos os casos que tratam da matéria. Por sua vez, através do julgamento do Agravo de Instrumento nº 735933 interposto pela Eletrobrás, o Supremo Tribunal Federal - STF consolidou o entendimento do STJ no sentido de que a discussão da matéria é infraconstitucional. Embora ainda não tenha havido o trânsito em julgado definitivo da ação movida pela Companhia, já existe sobre ela decisão determinando que o entendimento esposado pelo STJ seja aplicado ao seu caso concreto.

Em dezembro de 2011, a Companhia celebrou contrato de cessão e aquisição de direitos creditórios e outras avenças para terceiros não relacionados a Empresas do Grupo, para quem foram transferidos todos os riscos e benefícios decorrentes da referida ação judicial, pelo valor de R\$19.765, montante que foi totalmente recebido. A Companhia, todavia, resguardou o seu direito de complementar o valor da venda com base em informações que porventura venham a ser obtidas das concessionárias de energia elétrica.

### 33. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia e suas controladas concedem participação nos resultados a seus funcionários, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecida e aprovada anualmente para cada fábrica/unidade. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, foram reconhecidos no resultado os seguintes valores:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Programa de participação no resultado	<u>27.145</u>	<u>27.910</u>	<u>33.030</u>	<u>36.052</u>

Essa participação está registrada na rubrica “Obrigações trabalhistas e previdenciárias”, no passivo circulante.

#### 34. AVAIS E GARANTIAS

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, em adição ao divulgado nas notas explicativas nº 15 e nº 17, os avais e as garantias oferecidos pela Companhia às instituições financeiras, referentes às operações de financiamento de vendas - “vendedor”, totalizavam, respectivamente, R\$2.007 e R\$3.810.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia não registrou perdas decorrentes desses avais e garantias oferecidos.

#### 35. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

##### a) Considerações gerais e políticas

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo derivativos, quando aplicável, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. São contratados aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e mútuos, bem como instrumentos financeiros derivativos.

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da exposição cambial consolidada da Companhia e de suas controladas, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração.

##### Aplicações financeiras

A política de aplicações financeiras estabelecida pela Administração da Companhia e de suas controladas elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados segundo avaliação do “rating” de crédito da contraparte em questão, percentual máximo de exposição por instituição de acordo com o “rating” e percentual máximo do patrimônio líquido do banco. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, as aplicações financeiras estão dentro desses limites.

##### Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são registrados com base nos juros contratuais de cada operação, conforme demonstrado na nota explicativa nº 17.

### Contas-correntes com partes relacionadas

Na controladora, os saldos com partes relacionadas são referentes à administração de caixa único (caixa e equivalentes de caixa) pela Companhia, não havendo encargos financeiros sobre essas transações. As transações dessa natureza são praticadas somente entre a controladora e suas controladas.

### Políticas para contratação de instrumentos financeiros derivativos

Em virtude das obrigações financeiras assumidas pela Companhia e por suas controladas em moedas estrangeiras, a Administração, seguindo diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia, pode contratar operações com instrumentos financeiros derivativos para minimizar riscos cambiais assumidos por obrigações financeiras e contas a pagar por importação de insumos produtivos, obedecendo aos níveis de exposição vinculados a esses riscos.

Entre os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente, estão incluídas rotinas mensais de projeção e avaliação da exposição cambial da Companhia e de suas controladas, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração quanto à contratação desses instrumentos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia e suas controladas não possuíam nenhuma operação em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos, tampouco foram contratadas operações durante os exercícios findos naquelas datas.

## b) Gestão de risco financeiro

### Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando, quando necessário, instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, sendo as políticas obrigatoriamente aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria identifica, avalia e contrata instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros, principalmente decorrentes de taxas de juros e câmbio.

#### b.1) Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

##### (i) Risco cambial

Em virtude de contas a receber e das obrigações financeiras de diversas naturezas assumidas pela Companhia e suas controladas em moedas estrangeiras, é conduzida uma política de proteção cambial, que estabelece níveis de exposição vinculados a esse risco.



Consideram-se os valores em moeda estrangeira dos saldos a receber e a pagar de compromissos já assumidos e registrados nas demonstrações financeiras oriundos das operações da Companhia e de suas controladas, bem como fluxos de caixa futuros.

(ii) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos. A Administração da Companhia tem como política procurar manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos estão atrelados ao CDI pós-fixado, conforme contratos firmados com as instituições financeiras.

b.2) Risco de crédito

As vendas são substancialmente para varejistas e atacadistas. O risco de crédito é reduzido em virtude da grande pulverização da carteira de clientes e pelos procedimentos de avaliação e concessão de crédito. O resultado dessa gestão está refletido na rubrica “Provisão para créditos de liquidação duvidosa”, conforme demonstrado na nota explicativa nº 9.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios.

A Administração da Companhia e de suas controladas considera baixo o risco de não liquidação das operações com instituições financeiras com as quais operam, que são consideradas pelo mercado como de primeira linha.

b.3) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas e aos montantes disponíveis em caixa e equivalentes de caixa. A tabela a seguir, no item c), analisa os passivos financeiros, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

c) Passivos financeiros

O valor contábil consolidado dos passivos financeiros é mensurado pelo método do custo amortizado, e seus correspondentes valores justos são demonstrados a seguir:

	2011						
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos	Valor justo	Efeito do desconto	Saldo contábil
Circulante:							
Obrigações por arrendamento financeiro	215	-	-	-	215	(32)	183
Empréstimos e financiamentos	179.894	-	-	-	179.894	-	179.894
Fornecedores	297.150	-	-	-	297.150	-	297.150
Não circulante:							
Obrigações por arrendamento financeiro	-	48	-	-	48	(6)	42
Empréstimos e financiamentos	-	21.224	33.110	1.480	55.814	-	55.814

	2010						
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos	Valor justo	Efeito do desconto	Saldo contábil
Circulante:							
Obrigações por arrendamento financeiro	405	-	-	-	405	(70)	335
Empréstimos e financiamentos	226.036	-	-	-	226.036	-	226.036
Fornecedores	212.777	-	-	-	212.777	-	212.777
Não circulante:							
Obrigações por arrendamento financeiro	-	172	-	-	172	(21)	151
Empréstimos e financiamentos	-	19.690	47.581	2.168	69.438	-	69.438

d) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A posição financeira líquida consolidada corresponde ao total do caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, subtraído do montante de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos:

	2011	2010
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	670.954	654.665
(-) Empréstimos e financiamentos - circulante e não circulante	<u>(235.933)</u>	<u>(295.960)</u>
Posição financeira líquida	<u>435.021</u>	<u>358.705</u>
Patrimônio líquido	<u>1.489.859</u>	<u>1.348.073</u>

e) Exposição cambial

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Ativo:				
Contas a receber de clientes (i)	<u>36.686</u>	<u>30.746</u>	<u>93.393</u>	<u>78.412</u>
Total do ativo	<u>36.686</u>	<u>30.746</u>	<u>93.393</u>	<u>78.412</u>

	Controladora		Consolidado	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Passivo:				
Empréstimos e financiamentos (ii)	4.794	-	118.627	75.208
Fornecedores	40.961	25.517	102.570	68.446
“Royalties” a pagar	<u>13.448</u>	<u>5.945</u>	<u>13.448</u>	<u>5.945</u>
Total do passivo	<u>59.203</u>	<u>31.462</u>	<u>234.645</u>	<u>149.599</u>
Exposição líquida	(22.517)	(716)	(141.252)	(71.187)
(-) Controladas no exterior	-	-	<u>122.460</u>	<u>72.365</u>
Total da exposição para fins de análise de sensibilidade	<u>(22.517)</u>	<u>(716)</u>	<u>(18.792)</u>	<u>1.178</u>

- (i) No consolidado em 31 de dezembro de 2011, 77,4% (76,4% em 31 de dezembro de 2010) referem-se a contas a receber de clientes mantidas pelas controladas localizadas no exterior (Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos, Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha, Alpargatas Chile Ltda. - Chile e Alpargatas S.A.I.C. - Argentina) e 22,6% referem-se a contas a receber de clientes no exterior mantidas pela controladora no Brasil.
- (ii) No consolidado em 31 de dezembro de 2011, 95,9% (100% em 31 de dezembro de 2010) referem-se aos empréstimos contratados em moeda local pelas controladas localizadas no exterior (Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos, Alpargatas Europe S.L.U. - Espanha, Alpargatas Chile Ltda. - Chile e Alpargatas S.A.I.C. - Argentina), conforme demonstrado na nota explicativa nº 17.

O risco cambial é proveniente da oscilação das taxas de câmbio sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores e “royalties”, denominados em moeda estrangeira.

f) Valores de mercado

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, os valores de mercado das aplicações financeiras aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações financeiras pelo fato de elas estarem atreladas à variação do CDI. Os empréstimos e financiamentos são mantidos atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições usuais de mercado e, portanto, os saldos a pagar nas datas dos balanços aproximam-se substancialmente dos valores de mercado, mesmo aqueles classificados como passivo não circulante, considerando-se a modalidade dos correspondentes financiamentos.

Estima-se que os saldos das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores, registrados pelos valores contábeis, estejam próximos de seus valores justos de mercado, devido ao curto prazo das operações realizadas.

A Companhia e suas controladas aplicam as regras de hierarquização para avaliação dos valores justos de seus instrumentos financeiros conforme as práticas contábeis do pronunciamento técnico CPC 40/IFRS 07 - Instrumentos Financeiros: Divulgação, para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- Isenções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado cotados nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado em que está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da empresa. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros, conforme as regras do Nível 2, incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de “swaps” de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras nas datas dos balanços, com o valor resultante descontado ao valor presente.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

A Companhia e suas controladas não possuíam instrumentos financeiros avaliados a valores justos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

g) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Risco cambial

Para a análise de sensibilidade da exposição cambial consolidada em 31 de dezembro de 2011, cujos efeitos refletem somente os impactos sobre os ativos e passivos monetários, foram desconsiderados os saldos de contas a receber de clientes e dos empréstimos e financiamentos mantidos pelas controladas no exterior, os quais são denominados nas moedas funcionais locais de cada uma dessas controladas, e, por esse motivo, a Administração da Companhia entende que não existe risco de exposição de moeda para essas controladas.

Considerando as exposições cambiais descritas no item e) anterior, em 31 de dezembro de 2011 a análise de sensibilidade quanto à posição em aberto é como segue:

<u>Risco da Companhia</u>	Perda	
	Cenário possível	Cenário remoto
Aumento do dólar norte-americano	<u>4.698</u>	<u>9.396</u>

O cenário possível considera uma desvalorização do real em 25% sobre o dólar norte-americano considerando a taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2011 de R\$1,8758/US\$ (R\$2,3448/US\$) e o cenário remoto uma desvalorização de 50% (R\$2,8137/US\$).

Os resultados à luz das paridades consideradas seriam perdas de R\$4.698 no cenário possível e de R\$9.396 no cenário remoto.

A Administração não considerou a análise de sensibilidade para o cenário provável por considerar que este reflete as variações cambiais já registradas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Risco de taxa de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos nas datas dos balanços. Para os ativos financeiros indexados a CDI e passivos com taxas pós-fixadas (Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP), a análise é preparada assumindo que o valor líquido entre o ativo e o passivo em aberto nas datas dos balanços esteve em aberto durante todo o exercício. Um aumento ou uma redução de três pontos percentuais é utilizado para apresentar internamente os riscos de taxa de juros ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de juros.

Se as taxas de juros fossem três pontos percentuais ano para cima ou para baixo e todas as outras variáveis se mantivessem constantes, o lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 aumentaria ou reduziria em aproximadamente R\$19.488. Isso ocorre principalmente devido à exposição ao CDI sobre as aplicações financeiras, considerando que os passivos financeiros são mantidos substancialmente a taxas prefixadas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 17.

### 36. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Em 22 de dezembro de 2009, a Companhia assinou Contrato de Compra e Venda de Cotas (“Contrato”) para alienação, direta de 100% das cotas representativas do capital social da controlada Locomotiva Indústria e Comércio de Têxteis Industriais Ltda., sociedade limitada com sede em Pouso Alegre - MG, e indireta de 100% das cotas representativas do capital social da Locomotiva da Amazônia Indústria e Comércio de Têxteis Industriais Ltda., sociedade limitada com sede em Manaus - AM.

A alienação dessa então UGC, denominada segmento de têxteis industriais, está inserida no contexto de concentração das atividades da Companhia nos segmentos de calçados, artigos esportivos e varejo, a fim de maximizar a “performance” da Companhia em tais segmentos. O fechamento de tal operação ocorreu em 20 de abril de 2010.

A referida operação gerou um ganho de capital no montante de R\$2.005, sendo R\$505 registrados pela venda do investimento e R\$1.500 registrados em setembro de 2010, devido a ajuste de preço conforme cláusula contratual.

A UGC foi classificada como uma operação descontinuada e um grupo de ativos mantidos para venda. O resultado e os fluxos de caixa da operação descontinuada, para o exercício findo em 31 de dezembro 2010, são demonstrados como segue:

#### a) Resultado da operação descontinuada

	R\$
Receita líquida de vendas	27.859
Custo dos produtos vendidos	<u>(19.531)</u>
Lucro bruto	8.328
Despesas operacionais	(4.380)
Resultado financeiro líquido	<u>48</u>
Resultado operacional	3.996
(-) Imposto de renda e contribuição social	<u>(755)</u>
Lucro líquido das operações descontinuadas	<u><u>3.241</u></u>

#### b) Fluxos de caixa das operações descontinuadas

Provenientes das operações	664
Utilizados nas atividades de investimentos	<u>(70)</u>
Caixa líquido gerado pela operação descontinuada	<u><u>594</u></u>

### 37. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

	2011		
	Ordinárias - ON	Preferenciais - PN (a)	Total
Denominador:			
Média ponderada da quantidade de ações total	181.524.080	171.931.800	353.455.880
Quantidade de ações em tesouraria ponderada	<u>-</u>	<u>(5.080.868)</u>	<u>(5.080.868)</u>
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	181.524.080	166.850.932	348.375.012
% de ações em relação ao total	52,11%	47,89%	100,00%

	2011		
	Ordinárias - ON	Preferenciais - PN (a)	Total
Numerador - básico:			
Lucro líquido do exercício atribuível a cada classe de ações	152.822	154.598	307.420
Lucro líquido do exercício por ação básico - R\$	0,8419	0,9266	0,8824
Numerador - diluído:			
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	181.524.080	166.850.932	348.375.012
Quantidade de ações dos programas de opção de compra de ações ponderada	-	3.789.581	3.789.581
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	181.524.080	170.640.513	352.164.593
Lucro líquido do exercício por ação diluído - R\$	0,8419	0,9060	0,8729
	2010		
	Ordinárias - ON	Preferenciais - PN (a)	Total
Denominador:			
Média ponderada da quantidade de ações total	181.524.080	171.931.800	353.455.880
Quantidade de ações em tesouraria ponderada	-	(5.091.717)	(5.091.717)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	181.524.080	166.840.083	348.364.163
% de ações em relação ao total	52,11%	47,89%	100,00%
Numerador - básico:			
Lucro líquido do exercício das operações continuadas atribuível a cada classe de ações	150.680	152.420	303.100
Lucro líquido do exercício das operações descontinuadas atribuível a cada classe de ações	1.611	1.630	3.241
Lucro líquido do exercício atribuível a cada classe de ações	152.291	154.050	306.341
Lucro líquido do exercício por ação básico das operações continuadas - R\$	0,8301	0,9136	0,8701
Lucro líquido do exercício por ação básico das operações descontinuadas - R\$	0,0089	0,0098	0,0093
Lucro líquido do exercício por ação básico total - R\$	0,8390	0,9233	0,8794
Numerador - diluído:			
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	181.524.080	166.840.083	348.364.163
Quantidade de ações dos programas de opção de compra de ações ponderada	-	5.186.003	5.186.003
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	181.524.080	172.026.086	353.550.166
Lucro líquido do exercício por ação diluído das operações continuadas - R\$	0,8301	0,8860	0,8573
Lucro líquido do exercício por ação diluído das operações descontinuadas - R\$	0,0089	0,0095	0,0092
Lucro líquido do exercício por ação diluído total - R\$	0,8390	0,8955	0,8665

## 38. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

### 38.1. Arrendamentos operacionais

#### Locação de lojas

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía contratos de locação firmados com terceiros, os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

O valor da locação dos imóveis é sempre o maior valor entre: (a) o equivalente à taxa média entre 3% e 4% das vendas mensais brutas realizadas pela loja; ou (b) um valor mínimo mensal atualizado monetária e anualmente por diversos índices representativos da inflação. A despesa média mensal de aluguéis pagos foi de R\$830 (R\$650 em 31 de dezembro de 2010). Os referidos contratos de locação possuem prazos de validade de 5 a 15 anos, sujeitos à renovação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, as despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, no consolidado, totalizaram R\$9.959 (R\$7.801 no exercício findo em 31 de dezembro de 2010).

#### Outros arrendamentos

A Companhia também possui contratos de locação de depósitos para armazenagem de produtos e mercadorias e escritórios administrativos e comerciais com valores mensais fixos, reajustados anualmente por índices inflacionários usuais de mercado.

Em agosto de 2011, a Companhia celebrou contrato de arrendamento de sua futura sede administrativa a partir de abril de 2012. O prazo do referido contrato é de dez anos, com início em setembro de 2011 e com carência de 90 dias. A despesa mensal de aluguel é de R\$893 e o contrato será reajustado anualmente de acordo com a variação positiva do IGP-M.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, as despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, no consolidado, totalizaram R\$21.241 (R\$17.687 no exercício findo em 31 de dezembro de 2010).

#### Compromissos futuros

Os compromissos futuros totais oriundos dos contratos de arrendamento operacional, a valores de 31 de dezembro de 2011, totalizam R\$99.056, assim distribuídos:

<u>Exercício</u>	<u>R\$</u>
2012	19.995
2013	19.579
2014	19.816
2015 a 2016	<u>39.666</u>
Total	<u>99.056</u>



Tais operações possuem cláusulas restritivas de praxe, como garantias contra rescisão antecipada de contrato, entre outras, para as quais, em 31 de dezembro de 2011, a Companhia estava adimplente com essas cláusulas, fazendo com que nenhum dos contratos de aluguel vigentes estivesse sendo caracterizado, naquela data, como contrato oneroso pela Administração da Companhia. Adicionalmente, nenhum pagamento considerado como “contingente” havia sido efetuado pela Companhia durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

#### 38.2. Contratos de fornecimento de insumos

A Companhia possui compromissos decorrentes de contrato de fornecimento de energia elétrica, vigente até 2011, devendo ser adquirido o volume mínimo mensal de 25.883 kW, equivalentes a R\$611, podendo ser alterado com prazo mínimo de seis meses. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia estava adimplente com os compromissos desse contrato.

#### 38.3. Contrato de serviço para construção da nova fábrica de Montes Claros - MG e fornecimento de equipamentos

A Companhia assumiu compromissos decorrentes de contratos de fornecimento de serviços de engenharia e fornecimento de equipamentos decorrentes da construção da nova fábrica na cidade de Montes Claros - MG. Em 31 de dezembro de 2011, o montante total decorrente desses compromissos era de R\$37.533, referente às obras civis que estão sendo executadas, e R\$19.600, referentes aos equipamentos industriais a serem adquiridos de diversos fornecedores.

### 39. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura de seguros, em valores de 31 de dezembro de 2011, é assim demonstrada:

- Riscos operacionais:
  - Danos materiais - R\$650.533.
  - Lucros cessantes - R\$963.784.
  - Limite máximo de indenização combinado por unidade - R\$566.000.
- Responsabilidade civil geral - R\$10.000.
- Responsabilidade civil facultativa - R\$1.000.

#### 40. INFORMAÇÕES ADICIONAIS ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Recebimento de dividendos com quitação da conta-corrente da controlada	7.545	-	-	-
Aquisições de imobilizado sem efeito caixa	4.737	2.407	4.737	2.407
Limites de contas garantidas sem utilização	-	-	36.933	27.453

#### 41. RECLASSIFICAÇÕES

##### 41.1. Demonstrações dos fluxos de caixa

Certas transações das demonstrações dos fluxos de caixa relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram reclassificadas em relação às originalmente publicadas para melhor comparabilidade com a classificação adotada em 2011. Dessa forma, a Companhia está rerepresentando essas demonstrações, conforme segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>Reapresentado</u>	<u>Original</u>	<u>Reapresentado</u>	<u>Original</u>
Atividades operacionais	366.904	364.617	368.377	366.090
Atividades de investimento	(169.726)	(210.714)	(155.750)	(208.438)
Atividades de financiamento	30.629	33.036	7.006	21.113

##### 41.2. Tributos com exigibilidade suspensa e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

Para melhor apresentar o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativo e passivo de sua controlada Alpargatas S.A.I.C. - Argentina e demonstrar tributos com exigibilidade suspensa referentes a imposto de renda, foram feitas reclassificações nos saldos do ativo e passivo não circulantes de 31 de dezembro de 2010 como segue:

	<u>Controladora</u>			
	<u>Ativo não circulante</u>		<u>Passivo não circulante</u>	
	<u>Reapresentado</u>	<u>Original</u>	<u>Reapresentado</u>	<u>Original</u>
Imposto de renda diferido passivo	-	-	3.261	38.466
Tributos com exigibilidade suspensa e outros	-	-	86.405	51.200

  

	<u>Consolidado</u>			
	<u>Ativo não circulante</u>		<u>Passivo não circulante</u>	
	<u>Reapresentado</u>	<u>Original</u>	<u>Reapresentado</u>	<u>Original</u>
Imposto de renda diferido ativo	88.797	61.912	-	-
Imposto de renda diferido passivo	-	-	42.625	50.945
Tributos com exigibilidade suspensa e outros	-	-	90.620	55.415

#### 41.3. Ajuste de corte de reconhecimento de receita de vendas

Para melhor apresentar os efeitos do ajuste referente ao corte do reconhecimento das receitas de vendas de produtos, foram feitas reclassificações nos saldos de contas a receber de clientes, estoques e impostos a pagar, bem como na receita líquida de vendas e nos custos das mercadorias e dos produtos vendidos referentes aos saldos de 31 de dezembro de 2010, uma vez que até o encerramento do referido exercício tal prática contábil era adotada considerando o efeito líquido do ajuste apurado pela Companhia. Não houve alteração do lucro líquido, nem do patrimônio líquido, somente reclassificações entre linhas.

Os efeitos reclassificados em 31 de dezembro de 2010 foram como segue:

	Controladora		Consolidado	
	<u>Reapresentado</u>	<u>Original</u>	<u>Reapresentado</u>	<u>Original</u>
Contas a receber de clientes	364.634	403.494	426.573	465.433
Estoques	183.878	160.971	295.885	272.978
Obrigações tributárias	7.241	13.756	22.114	28.629
Provisões e outras obrigações	22.381	31.817	34.829	44.267
Receita operacional líquida	1.642.748	1.650.029	2.231.875	2.239.156
Custo das mercadorias e dos produtos vendidos	846.210	850.178	1.213.783	1.217.751
Despesas com vendas	400.914	407.983	539.403	546.472
Outras despesas operacionais	37.545	18.318	24.851	4.274

#### 42. APROVAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas para publicação pelo Conselho da Administração em reunião ocorrida em 16 de março de 2012.

---